



Universidade do Algarve

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Departamento de Psicologia e Ciências Sociais

**Vinculação, práticas educativas e saúde mental parental como
preditores da disponibilidade emocional entre pais e filhos adotivos**

Joel A. Dias Calado

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação

Trabalho realizado sob orientação de:

Professora Doutora Ana Susana Almeida

2024

Preditores da Disponibilidade Emocional nos Pais Adotivos

Declaração de autoria do trabalho

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito.
Todos os autores e trabalhos consultados estão devidamente citados e constam da listagem de referências incluídas.

(Joel André Dias Calado)

Copyright © 2024 Joel André Dias Calado

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

Agradecimentos

À Professora Ana Susana pela preocupação, atenção e disponibilidade. Ao João e à Bárbara, pelo companheirismo e solidariedade durante esta jornada. À Cathy, Joana, Teresa e Lô, com quem há muito iniciei este percurso. À Manela e à Ana P., que há tanto tempo me acompanham e contribuíram para o meu crescimento.

Ao meu fiel companheiro de todas as horas, Félix-Karl.

À minha mãe, fonte de inabalável suporte.

Resumo

A Disponibilidade Emocional é um elemento-chave nas relações que se formam entre adultos significativos e as crianças. Relaciona-se com a qualidade e salubridade do elo emocional diádico, num sistema de trocas verbais e não verbais, em que a disponibilidade e habilidade para receber, interpretar e responder aos sinais do outro, são uma função determinante.

Nas famílias adotivas a qualidade afetiva das relações parento-filiais têm uma importância fulcral. O presente estudo tem como objetivo explorar a relação entre a vinculação dos pais adotivos (figura paterna), as percepções destes relativamente às práticas educativas parentais dos seus pais, a sua saúde mental e a disponibilidade emocional diádica entre os pais e os respetivos filhos adotivos. Participaram 54 pais adotivos, residentes na região do Algarve. Foram utilizadas a Escala de Vinculação do Adulto (EVA), o Questionário de Memórias de Infância (EMBU), o Questionário de Saúde Geral, o Questionário da Opinião Parental do Processo Adotivo (QOPPA) e a disponibilidade emocional diádica foi avaliada através da Escala da Disponibilidade Emocional (EDE). Os resultados indicam que: (1) a disponibilidade emocional paterna está negativamente associada ao conforto-confiança na vinculação.; (2) a não-hostilidade e sensibilidade paterna estão associadas negativamente ao conforto-confiança na vinculação; (3) a sobreproteção está associada negativamente a disponibilidade emocional paterna, a estruturação e não-intrusividade; (4) a saúde mental e os sintomas somáticos se associam negativamente a estruturação.

Implicações práticas são discutidas por forma a sensibilizar para a importância das práticas educativas na infância e para a promoção das competências parentais. Por fim, contribuindo para a formação dos membros das equipas de adoção.

Palavras-chave: adoção; disponibilidade emocional; vinculação dos pais; práticas educativas parentais; saúde mental.

Abstract

The emotional availability is a key element in the relationship that forms between significant adults and children. It's related to the quality of emotional dyadic bond, in a system of verbal and non-verbal exchanges, in which the availability and ability to receive, interpret and respond to the signals of the other, are a determinant function.

Emotional availability is a central aspect of the relationship that forms between caregiver and children. It's thus, in this way, important to study the knowledge of the theme. The present study explored the relations of predictability of emotional availability and attachment, mental health, and parental rearing practices in a sample of adoptive fathers.

Participated 54 adoptive fathers, residing in the Algarve Region. The sociodemographic data was obtained through The Adoptive Process Parental Opinion Questionnaires (QOPPA). Parental rearing practices were measured with Childhood Memories Scale (EMBU), patterns of adult attachment were determined resorting to Adult Attachment Scale. Emotional Availability was assessed through Emotional Availability Scales. The use of the General Mental Health Questionnaire permitted the assessment of the parent's mental health. Results indicate: (1) there is a negative association between paternal emotional availability and comfort and trust of attachment; (2) non-hostility and sensitivity are negatively associated with comfort and trust of attachment; (3) overprotection is negatively associated with paternal emotional availability, structuring, and non-intrusiveness; (4) mental health and somatic symptoms are negatively associated with structuring.

The practical implications are discussed to raise awareness of the importance of parental rearing practices in infancy and promote parenting skills. At last, contribute to the training of members of the adoption teams.

Keywords: adoption; emotional availability; attachment; parental rearing practices; mental health.

Índice

1. Introdução	2
2. Enquadramento Teórico	
2.1. Parentalidade, Paternidade e Adoção	6
2.2. A Disponibilidade Emocional e a adoção	11
2.3. A Vinculação nos pais adotivos e a Disponibilidade Emocional	21
2.4. As Práticas Educativas parentais e a Disponibilidade Emocional	19
2.5. A Saúde Mental e a Disponibilidade Emocional	26
3. Objetivos e Hipóteses de Investigação	30
4. Método	
4.1. Desenho Metodológico	32
4.2. Participantes	32
4.3. Instrumentos	
4.3.1. EVA – Escala de Vinculação de Adultos	33
4.3.2. EMBU- Memórias de Infância	35
4.3.3. Questionário de Saúde Geral	36
4.3.4. EDE- Escala de Disponibilidade Emocional	36
4.3.5. Questionário de Opinião Parental Processo Adotivo – QOPPA	39
4.4. Procedimentos de Recolha de dados	40
5. Análise preliminares e análises exploratórias	42
5.1 Associações entre a disponibilidade emocional, estilos de vinculação paternos, as memórias de práticas educativas parentais e a saúde mental	
5.1.1. Resultados de análise de correlação	44
5.1.2. Análise de regressão e mediação	
5.1.3. Os Estilos de Vinculação paternos como preditores da Disponibilidade Emocional	48
5.1.4. As Memórias das Práticas Educativas parentais como preditores da Disponibilidade Emocional	48
5.1.5. A Saúde Mental e o Bem-Estar como preditor da Disponibilidade Emocional	49
5.1.6. Análise da mediação da percepção paterna de Apoio Emocional na infância na Estruturação através do Conforto-Confiança	51

6. Discussão	55
6.1. A Vinculação e a Disponibilidade Emocional	55
6.2. As Memórias das Práticas Educativas parentais e a Disponibilidade Emocional	58
6.3. A Saúde Mental e a Disponibilidade Emocional	61
7. Considerações Finais	65
8. Referências Bibliográficas	69

Índice de Tabelas

Tabela 1. *Descrição das habilitações literárias e das condições de empregabilidade dos pais adotivos.*

Tabela 2. *Resultados descritivos das medidas dos estilos de vinculação, da percepção das práticas educativas experienciadas na infância pelos pais, as dimensões da Disponibilidade Emocional e a as dimensões do Saúde menta.*

Tabela 3. *Correlações bivariadas e parciais (controlando a idade da criança) entre as dimensões da disponibilidade emocional diádica e as características do pai.*

Tabela 4. *Análise de Regressão do Conforto-Confiança na Sensibilidade Diádica.*

Tabela 5. *Análise da Regressão do conforto-confiança na Não-Hostilidade Diádica.*

Tabela 6. *Análise de Regressão da Sobreproteção Total na Estruturação.*

Tabela 7. *Análise de Regressão da Sobreproteção da Mãe na Disponibilidade Emocional paterna.*

Tabela 8. *Análise de Regressão da Sobreproteção da Mãe na Não-Intrusividade paterna.*

Tabela 9. *Análise de Regressão da Saúde Mental Geral na Estruturação paterna.*

Tabela 10. *Análise de Regressão dos Sintomas Somáticos na Estruturação paterna.*

Tabela 11. *Análise de mediação da percepção da Sobreproteção na infância na Estruturação exibida com filho através da Saúde Mental paterna*

Índice de Figuras

Figura 1.: *Diagrama do desenho de investigação: Vinculação, práticas educativas parentais e saúde mental parental como preditores da disponibilidade emocional entre pais e filhos adotivos*

Figura 2. *Modelo de mediação entre a Sobreproteção Emocional parental percebida na infância, a Saúde Mental paterna e a Estruturação na interação diádica pai-filho.*

1. Introdução

O tema central do presente estudo é a disponibilidade emocional diádica entre os pais (homens) e os respectivos filhos adotivos e a sua relação com a vinculação parental, as práticas educativas que estes recordam em relação aos seus próprios pais, e a sua saúde mental.

A parentalidade é uma das principais e mais exigentes funções que o ser humano desempenha. É um processo complexo, dinâmico e multifatorial (Abidin, 1990; Horowitz, 1994), que envolve atitudes, comportamentos e conhecimentos que visam garantir a segurança e bem-estar físico da criança, assegurar a sua sobrevivência (Barroso & Machado, 2010; Rubilar & Richaud, 2018), e promover a sua autonomia (Coltro et al., 2020; Erazo et al., 2006; Rubilar & Richaud, 2018). Tradicionalmente, é um papel desempenhado pela figura materna (Coltrane, 2001; Veludo & Viana, 2012). No entanto, nas sociedades ocidentais, as últimas décadas têm resultado em profundas alterações sociais, nomeadamente no papel da figura paterna, que tem sido objeto de um crescente interesse a vários níveis, também na área científica (Bakermans-Kranenburg et al., 2019).

O exercício da parentalidade é feito com base num modelo de práticas educativas parentais aprendidas no seio da família (Alarcão, 2002). As práticas educativas parentais são estratégias que os pais utilizam para direcionar o comportamento dos filhos com vista a alcançar objetivos concretos em situações e contextos específicos (Correia & Carmo, 2008). A continuidade das práticas parentais de uma geração para a seguinte denota o fenómeno de intergeracionalidade (Azhari et al., 2020). Este fenómeno é defendido por diferentes correntes teóricas (Freitas et al., 2013) e conceptualizado como o processo através do qual a geração anterior, influencia direta ou indiretamente as práticas, atitudes e comportamentos parentais da geração seguinte (Azhari et al., 2020; van Ijzendoorn, 1992). Concomitantemente, aspetos como as características da criança, as práticas educativas do parceiro e a análise retrospectiva das práticas recebidas, contribuem para explicar a manutenção ou o abandono das práticas recebidas (Freitas et al., 2013).

Embora a parentalidade assuma a existência de um elo biológico, este não constitui um pré-requisito. Enquanto resposta social e prática, a adoção e a parentalidade adotiva têm em comum muitas das tarefas e exigências que enfrentam as famílias não adotivas. A Parentalidade adotiva apresenta, todavia, um conjunto de especificidades

próprias (Santona & Zavattini, 2005), que requer o reconhecimento das necessidades idiossincráticas destas crianças (Grotevant & Lo, 2017) e das dificuldades acrescidas que os pais adotivos enfrentam. A necessidade de criar laços de vinculação, até então, inexistentes ou distorcidos, com a criança é uma das principais tarefas a empreender (Román & Palacios, 2011). É um processo, por vezes, ensombrado por dúvidas dos pais acerca da robustez do vínculo em formação (Levinzon, 2005).

A vinculação refere-se à necessidade humana de desenvolver elos afetivos de proximidade ao longo da vida. Assenta numa base comportamental que impele o indivíduo na busca de proximidade com figuras significativas (i.e, figura de vinculação) (Ainsworth & Bowlby, 1991).

Trata-se de um elo afetivo, que se forma nos primeiros anos de vida, entre a criança e o cuidador principal (Lickenbrock & Braungart-Rieker, 2015; Mcginn, 2000). Fornece à criança uma base favorável ao desenvolvimento de sentimento de segurança e conforto acerca do objeto e do mundo em geral (Mcginn, 2000). A qualidade deste vínculo é determinada com base em padrões organizados de comportamento, que podem ser considerados seguros ou inseguros (Altenhofen et al., 2013). Padrões seguros de vinculação são resultado da atenção e disponibilidade para fazer face às necessidades da criança (Altenhofen et al., 2013), e reforçam a autoestima e o sentimento de merecimento (Mcginn, 2000).

O tipo de vinculação estabelecida nos primeiros anos influencia os modelos futuros de relacionamento (Becker & Crepaldi, 2022; Raby & Dozier, 2019). A criança adotada, cuja história é muitas vezes marcada pela negligência (Román & Palacios, 2011) e ausência de figura de referência consistente (Raby & Dozier, 2019) está exposta a fatores de risco acrescidos que potenciam a formação de padrões de vinculação inseguros ou desorganizados (Altenhofen et al., 2013; Raby & Dozier, 2019; Van Den Dries et al., 2012). Sem embargo, a literatura revela o efeito positivo que a adoção pode ter na reversão destes padrões (Román et al., 2022; Román & Palacios, 2011).

Associada a vinculação segura, a disponibilidade emocional (Altenhofen et al., 2013) refere-se à habilidade para construir uma ligação emocional sã (Biringen & Easterbrooks, 2012; Saunders et al., 2015) e desfrutar de uma relação mutuamente gratificante e saudável (Biringen & Easterbrooks, 2012). Enfatiza a responsividade do

cuidador relativamente às pistas emocionais que a criança emite (Saunders et al., 2017), e à habilidade do adulto para as interpretar e responder adequadamente (Almeida, 2017). Contudo, é através da integração de ambas as perspetivas dos elementos que constituem a díade, que melhor se determina a qualidade do elo emocional entre ambos (Almeida, 2017; Saunders et al., 2015).

A saúde mental parental tem um inquestionável potencial para impactar a qualidade da relação entre pais-filho. Questões relacionadas com a disponibilidade emocional e a saúde mental, tem suscitado acentuado interesse. A redução da sensibilidade e estruturação, e a maior hostilidade, são exemplos dos efeitos que alguns problemas de saúde mental exercem na qualidade relação entre pais e filhos (Attar et al., 2015).

O papel da saúde mental parental no desenvolvimento da criança tem sido amplamente estudado. Os seus efeitos, diretos e indiretos, afetam vários domínios do desenvolvimento infantil (Esser et al., 1994; Gregoire & Manning, 2009; Lefrançois, 2012). O impacto da saúde parental pode igualmente evidenciar-se no comportamento das crianças. Resultados de investigação prévia (ver Ramchandani et al. 2005) destacaram a associação entre a depressão paterna no período a seguir ao nascimento e o risco acrescido de desenvolvimento de problemas comportamentais infantis, em particular em rapazes. Adicionalmente foram observados resultados que salientam a intergeracionalidade do bem-estar subjetivo (ver Powdthavee & Vignoles, 2008). A associação, digna de destaque, entre os níveis de distress parental, em particular o paterno, e a perceção de satisfação com a vida por parte da criança sustentam esta ideia de transmissão transgeracional de bem-estar experienciado e percecionado (Powdthavee & Vignoles, 2008).

Os efeitos da saúde mental no bem-estar parental, dos filhos e no ambiente familiar é relevante. Embora nas últimas décadas este tema tenha despoletado um crescente interesse da comunidade científica, patente na diversidade de artigos publicados no âmbito desta temática, existem, todavia, poucos resultados de investigação, acerca do ponto de vista especificamente paterno sobre a experiência da parentalidade e das suas múltiplas implicações e exigências.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre diferentes aspetos socioemocionais e psicológicos dos pais adotivos e a disponibilidade emocional diádica com os seus filhos adotivos. Mais especificamente pretende-se examinar: (a) se a vinculação percebidas pelos pais adotivos relativamente às suas relações de intimidade, (b) as suas memórias relativas às práticas educativas parentais percebidas durante a sua própria infância e adolescência, e (c) se a percepção relativa à saúde mental ou ao bem-estar psicológicos dos pais adotivos, se assumem como preditores da disponibilidade emocional diádica pais(homens)-filhos adotados.

O presente trabalho está estruturado em 8 capítulos. O primeiro capítulo explora sumariamente alguns conteúdos teóricos e empíricos relativos aos construtos em análise, apresenta a estrutura, as diversas etapas e objetos em estudo.

O segundo capítulo, dividido em 5 subcapítulos, explana com maior detalhe, conteúdos considerados relevantes na revisão da literatura científica realizada. Pretende-se descrever as bases conceptuais e teóricas, bem como alguns resultados empíricos, relativos aos diferentes aspetos explorados no presente estudo. O terceiro capítulo expõe os objetivos gerais e específicos da investigação e as hipóteses consideradas. O quarto capítulo apresenta o método do estudo, detalhando a informação relativa aos participantes, aos instrumentos e procedimentos utilizados para recolher a informação. O quinto capítulo apresenta os resultados obtidos, sendo os mesmos abordados com maior detalhe no capítulo 6, tendo em consideração os objetivos e hipóteses definidos. No sétimo capítulo constam as considerações finais, onde se sintetizam os principais resultados e conclusões da presente investigação, bem como uma reflexão crítica acerca das suas contribuições, implicações e potencial impacto teórico e prático. São ainda exploradas as mais valias e as limitações encontradas no processo de investigação. Finaliza-se este trabalho com o capítulo em que constam as referências bibliográficas utilizadas para a elaboração deste trabalho.

2. Enquadramento teórico

2.1. Parentalidade, Paternidade e Adoção

O ato de cuidar, amar e aceitar é geralmente considerado como uma tarefa atribuída aos pais, num ambiente que permita o desenvolvimento físico, psicológico e emocional da criança (Barroso & Machado, 2010; OPP, 2021). Estas são as características gerais daquilo que em termos científicos é apelidado de parentalidade. Trata-se de um processo psicossocial, que em última instância visa a sobrevivência da criança (Barroso & Machado, 2010; Rubilar & Richaud, 2018), através da transmissão de competências preparatórias para socialização e autonomia da mesma (Barroso & Machado, 2010; Maccoby, 2000). Envolve os conhecimentos, atitudes e comportamentos que os pais assumem, intencionalmente, com objetivo de viabilizar a segurança, o bem-estar físico e proporcionar oportunidades de aprendizagem aos filhos (Coltro et al., 2020; Erazo et al., 2006; Rubilar & Richaud, 2018). Consiste igualmente na transmissão de normas e valores, em que os elementos formam um sistema ativo (Horowitz, 1994; Moro, 2005) no qual as perceções mútuas funcionam como determinantes da influência que cada um exerce sobre o outro (Horowitz, 1994; Maccoby, 2000; Rubilar & Richaud, 2018).

É uma tarefa exigente, complexa, dinâmica e multifacetada (Abidin, 1990; Horowitz, 1994), que resulta da influência de três fatores principais: componentes individuais dos pais, da criança e do ambiente interno e externo da família (Coltro et al., 2020; Taraban & Shaw, 2018).

Na maioria dos casos a parentalidade assenta num elo biológico entre os elementos. Todavia a existência deste não constitui um pré-requisito. Exemplo disso, é a parentalidade adotiva. Alguns autores diferenciam parentalidade biológica de parentalidade social. A componente biológica diz respeito à conceção e à gestação da criança. A segunda, refere-se aos comportamentos e habilidades necessárias para cuidar, estimular e educar a mesma (Rubilar & Richaud, 2018). A parentalidade é, pois, algo que se aprende, que se constrói socialmente (Coltrane, 2001).

A investigação neste campo tem focado sobretudo duas dimensões da parentalidade: a positiva e a negativa. A primeira engloba o estabelecimento de limites, a sensibilidade, a estruturação adequada, o afeto/suporte e o reforço. A dimensão negativa

traduz as tentativas de controlo, inconsistência, sobre reatividade e a rudeza/hostilidade nos comportamentos parentais (Rubilar & Richaud, 2018).

O impacto da parentalidade nos filhos tem sido cientificamente explorado ao longo do tempo. Tem sido consistentemente demonstrado a forma como os pais podem impactar o desenvolvimento intelectual, emocional e social dos seus filhos (Cruz & Ducharne, 2006; Rubilar & Richaud, 2018; Shaffer & Kipp, 2021), sobretudo ao ter em conta o longo período em que ocorre. O tipo de cuidados recebidos durante a infância pode moldar e determinar a influência genética, nomeadamente a predisposição para patologias hereditárias cujos sintomas podem ser atenuados (Barudy & Dantagnan, 2005).

Tradicionalmente, a tarefa da parentalidade tem sido desempenhada maioritariamente pela figura materna, justificado pela capacidade de providenciar alimento de forma imediata (Coltrane, 2001a; Veludo & Viana, 2012). Por seu lado, a participação paterna revela, histórica e culturalmente, grande diversidade (Coltrane, 2001). As mudanças operadas nas últimas décadas, principalmente na sociedade ocidental, produziram alterações no conceito de família, na sua constituição, papéis e tarefas dos elementos que a compõem, nomeadamente no papel do pai (Cabrera et al., 2018; Horowitz, 1994; Puhlman & Pasley, 2016). O envolvimento parental contempla três componentes principais: a disponibilidade, a interação e a responsabilidade (Cabrera et al., 2000; Coltrane, 2001; Lamb et al., 1985). A disponibilidade refere-se ao potencial para interagir, através da presença e acessibilidade, com a criança. O contacto direto, seja em atividades partilhadas ou através dos cuidados proporcionados, constitui a componente da interação. Por fim, a responsabilidade consiste em assegurar que a criança recebe os cuidados necessários, garantindo a disponibilidade de recursos indispensáveis (Cabrera et al., 2000; Coltrane, 2001; Lamb et al., 1985).

A paternidade pode ser definida como a relação biológica e social que une a figura parental masculina e a sua descendência (Coltrane, 2001). É um momento de transição e desenvolvimento para o homem, que pode ser interpretado de acordo com modelo multifatorial de Bakermans-Kranenburg et al. (2019). Os autores propõem quatro níveis distintos, inspirados no modelo de Bronfenbrenner e Ceci, (1994), que influenciam a

paternidade emergente. O nível sociocultural, ou seja, as normas e valores culturais respeitantes ao envolvimento paterno (e.g., as licenças de paternidade, as diferenças salariais entre homens e mulheres). Os fatores comportamentais, que se referem ao comportamento do pai. Este começa durante a fase pré-natal, com os cuidados que providencia à grávida e estende-se posteriormente ao bebé, através das interações que promovem a vinculação e envolvimento emocional. O terceiro fator diz respeito às alterações hormonais. Tal como acontece nas mulheres, também os homens sofrem alterações hormonais, nomeadamente um declínio na produção de testosterona e estradiol e aumento de estrogénio. Estas alterações ocorrem em simultâneo com a gravidez da companheira. Estas mudanças podem induzir alterações na estrutura e funcionamento cerebral. Na meta-análise realizada Bakermans-Kranenburg et al., (2019) encontrou evidências que estas mudanças na produção hormonal se associam a maior envolvimento paterno, maior estimulação durante o jogo e maior responsividade ao choro infantil. Por fim, são também evidenciadas modificações na rede neuronal parental, sobretudo a expansão da matéria cinzenta. As mudanças que os cuidados imprimem nas redes neuronais maternas assemelham-se às mudanças operadas nos homens, principalmente quando estes são os cuidadores primários (referências bibliográficas a acrescentar). Há evidências que sugerem uma maior sensibilidade do homem ligada a sensação de perigo relativo ao bebé.

Em comparação com a mãe, a figura paterna é considerada mais objetiva, concedendo mais atenção aos filhos, maior subtileza nas pistas e sinais (Coltrane, 2001). Os pais passam, por exemplo, mais tempo com filhos em atividades de lazer e jogo (Nelson-Coffey et al., 2019). A participação regular do pai no cuidado prestado, envolve maior ênfase na interação verbal, quando comparado com a figura materna, maior subtileza nas pistas e sinais transmitidos (Coltrane, 2001). A influência, direta e indireta, dos pais está associada ao bem-estar, desenvolvimento cognitivo e competência social dos filhos (Cabrera et al., 2000). Embora os pais, participantes neste estudo, assumam que a forma como exercem a parentalidade tenha sido aprendida com a própria mãe, tende a existir uma correspondência entre a forma como é praticada pelos pais com os seus filhos e a forma como os seus pais o fizeram consigo próprios (Cabrera et al., 2000), evidenciando-se o fenómeno da transgeracionalidade.

Tradicionalmente, tem sido feita uma distinção entre a parentalidade materna e paterna. Há, todavia, autores que sugerem que a investigação se deve afastar da diferente conceptualização entre a parentalidade materna e paterna (Cabrera et al., 2014). Foi realizada uma meta-análise no sentido de explorar os estudos que examinaram a relação entre a sensibilidade e a estimulação paterna e a vinculação infantil (Lucassen et al., 2011). Com esta meta-análise pretendia-se especificamente determinar se a combinação entre a estimulação e a sensibilidade paternas seriam preditoras da vinculação pais-filhos, ou se apenas a sensibilidade se assumiria como preditor, como é o caso materno. Os resultados evidenciaram a ausência de diferenças dignas de destaque no efeito combinado. Esta tendência pode significar que os mesmos comportamentos parentais que promovem a vinculação entre mães-filhos operam como preditores da vinculação entre pais-filhos (Cabrera et al., 2014; Lucassen et al., 2011).

A gravidez facilita a preparação psicológica para a parentalidade através de um gradual processo de desenvolvimento de expectativas em relação ao exercício parental (Santona & Zavattini, 2005). É um momento de stress e ansiedade, que pode gerar expectativas idealizadas projetadas na criança (Santona & Zavattini, 2005). Existem, no entanto, algumas barreiras que podem dificultar ou mesmo impedir o exercício “normativo” da parentalidade. Primariamente, de ordem biológica, por exemplo, devido a motivos relacionados com problemas de infertilidade feminina e/ou masculina, de saúde ou implicações no desenvolvimento gestacional da criança (Almeida et al., 2020; Salvaterra, 2007).

Considerada uma solução eficaz, a adoção apresenta múltiplas vantagens bem documentadas na literatura científica (Brodzinsky, 2011; Brodzinsky, 1993). É uma prática intemporal e comum a todas as culturas e sociedades humanas (Levinzon, 2005). Permite ao indivíduo alterar a filiação na unidade social básica, a família (Weckler, 1953). Confere à(s) criança(s) a oportunidade de ter uma família (Cruz, 2008) e aos pais a possibilidade de ter, amar e educar uma criança (Almeida, 2017; Levinzon, 2005).

Ao longo das últimas décadas têm ocorrido mudanças na motivação para adotar. A ampliação da família reconstituída, a monoparentalidade como escolha, a adoção por casais do mesmo sexo ou com problemas de saúde hereditários são exemplos das diferentes motivações subjacentes (Limiñana-Rosser, 2015), bem como da diversidade

de características das famílias por adoção. Para além das vantagens e recompensas, à adoção associam-se também desafios e dificuldades específicas (Brodzinsky, 2011).

Não obstante os pais adotivos vivenciarem uma diversidade de tarefas normativas, em comum com os pais biológicos, experienciam também outras necessidades, situações e exigências não normativas, que são apanágio exclusivo da parentalidade adotiva (e.g., a ausência de gravidez física e as suas implicações, a avaliação estatal dos candidatos à adoção, a espera pela criança sem tempo determinado) (Almeida et al., 2020; Limiñana-Rosser, 2015). Adicionalmente, as experiências adversas que as crianças viveram antes da adoção (e.g., negligência, abuso e /ou rejeição) podem incrementar o desenvolvimento de estilos de vinculação inseguros evitantes, ansiosos ou desorganizados (Shaffer & Kipp, 2021). Verifica-se maior prevalência de padrões de vinculação desorganizada entre crianças adotadas, bem como uma tendência para uma maior dificuldade ao nível das competências emocionais (Barone & Lionetti, 2011). Estas características socioemocionais assumem uma maior expressão entre crianças institucionalizadas (Van Den Dries et al., 2012).

A experiência anterior à adoção desempenha um papel crucial na trajetória do desenvolvimento emocional e de vinculação da criança. O estudo Van Den Dries et al., (2012) com crianças adotadas provenientes de dois meios distintos, institucionalizadas e inseridas em famílias de acolhimento, evidenciou que a história prévia de acolhimento temporário destas crianças resultou em diferentes padrões de vinculação. Por um lado, ambos os grupos apresentam maior ocorrência de padrões desorganizados do que os dados normativos. Por outro, a institucionalização contribui para a maior frequência padrões inseguros. Estas crianças enfrentam ainda o risco acrescido de desenvolvimento problemas psicológicos. Os dados revelam, a maior prevalência de transtornos da personalidade, internalização, problemas do comportamento alimentar e da aprendizagem (Brodzinsky, 1993). Risco que, de acordo com a literatura, é maior entre a população masculina (Brodzinsky, 1993).

Estas experiências e dificuldades de âmbito relacional e vincutivo podem ser exibidas também na nova família adotiva (Howe, 2001; Juffer et al., 2005; Rutter, 2000). A família adotiva tem de gerir as experiências prévias da criança, de compreender as necessidades físicas e psicológicas específicas desta, bem como as razões para

determinados comportamentos. Enfrentar e ultrapassar a dor causada pelo abandono, é outra das muitas tarefas que os pais adotivos enfrentam (Santona & Zavattini, 2005). A parentalidade adotiva eficiente exige o reconhecimento das necessidades específicas destas crianças (Grotevant & Lo, 2017).

A literatura científica apresenta evidências da existência de similaridades entre o estilo de vinculação da criança adotada e a do cuidador primário (Barone & Lionetti, 2011; di Folco et al., 2017). A presença de um cuidador cujas representações mentais de vinculação são seguras constitui uma oportunidade para a criança adotada ultrapassar os efeitos negativos associados ao trauma e abandono (di Folco et al., 2017). Algumas características da família permitem prever o aumento de vinculação segura (e.g., reduzida sobreproteção dos progenitores, elevada qualidade da interação, baixo stress infantil, elevada afetividade materna na infância e adolescência) (Ruiz, 2017). A introdução da criança no seio de um ambiente estável e estimulante possibilita a revisão das representações internas inseguras alterando-as progressivamente para modelos de vinculação seguros (Alessio et al., 2012). De facto, interações carinhosas e sensíveis com pais adotivos podem promover uma vinculação segura nestas crianças (Neil et al., 2003).

Devido aos conteúdos supra explanados e pelo facto das características da parentalidade adotiva ter um impacto importante nas crianças adotadas (Grotevant & Lo, 2017), investigar os aspetos pessoais e relacionais que podem enriquecê-la assume-se de crucial relevância.

2.2. Disponibilidade Emocional e adoção

Historicamente, o construto de disponibilidade emocional (DE) tem sido usado para descrever o apoio e encorajamento transmitido à criança, pela presença materna, enquanto explora e desenvolve a autonomia (Biringen & Robinson, 1991; Robinson & Little, 1994). Empírica e concetualmente cimentado na vinculação, a disponibilidade emocional (Biringen et al., 1999), enfatiza o papel da tónica emocional na relação entre a criança e o(s) cuidador(es) (Bergmann et al., 2012; Saunders et al., 2015).

Atualmente a disponibilidade emocional (DE) é concetualizada como um constructo relacional e interativo (Almeida et al., 2022; Biringen & Easterbrooks, 2000; Volling et al., 2002), representando a vertente emocional da ligação entre a criança e o(s)

cuidador(es) (i.e., os prestadores de cuidados significativos nos diferentes microssistemas da criança/do jovem). Envolve a capacidade da díade se influenciar mutuamente, num sistema dinâmico de interações, pleno de troca verbais e não verbais (Almeida et al., 2022). Assenta na disponibilidade para receber, emitir e interpretar as pistas emocionais (Bornstein et al., 2008; Shilo & Serdste, 2022). Possibilita aferir a extensão do elo emocional entre a criança e o adulto, oferecendo detalhes acerca da satisfação e da salubridade da relação (Bergmann et al., 2012; Biringen & Easterbrooks, 2012; Saunders et al., 2015). Em condições ideais, a DE é uma permuta recíproca, dinâmica e variada, que, por um lado, possibilita à criança/ao jovem veicular ao adulto dados acerca do seu estado emocional e necessidades, e, por outro, providenciar *feedback* acerca da eficácia da resposta parental/do adulto da díade (Biringen et al., 2014).

A DE é um construto multidimensional que integra aspetos específicos relativos ao adulto e à criança/ao jovem, que interpretados em conjunto, permitem aferir a qualidade global do diálogo emocional da díade (Aviezer et al., 1999; Biringen, 2000). As componentes respeitantes ao adulto são: (1) Sensibilidade, ou seja, a atenção e responsividade do adulto aos sinais da criança/do jovem, mas também a capacidade para estabelecer e manter a ligação; (2) Estruturação, isto é, a capacidade parental/do adulto significativo para seguir as iniciativas da criança/do jovem durante o jogo/as atividades, e definir limites e regras para o comportamento adequado; (3) Não-Intrusividade, é a habilidade para estar disponível, sem interferir na autonomia da criança/do jovem, e (4) Não-Hostilidade, isto é a capacidade do adulto para controlar as suas emoções e evitar expressar agressividade, aberta ou encoberta, antagonismo, mordacidade ou impaciência. As vertentes da DE da criança/do jovem em relação ao adulto são duas: (1) Responsividade da criança/do jovem ao adulto, que consiste na capacidade para regular as suas emoções e responder adequadamente aos sinais do adulto, e (2) Envolvimento da criança/Jovem, que engloba a capacidade desta para envolver o adulto no jogo ou nas suas atividades (Almeida, 2017; Biringen et al., 2000; Biringen & Easterbrooks, 2000, 2005).

A DE conceptualiza-se e operacionaliza-se de forma abrangente na medida em que inclui aspetos considerados tradicionalmente no âmbito da vinculação, como a sensibilidade e a responsabilidade interativa, mas incorpora elementos relacionais adicionais associados às trocas interativas quotidianas (e.g., promoção de um ambiente emocionalmente positivo, incremento de uma regulação eficaz de emoções negativas,

integração de regras e limites de forma positiva, estimulação de uma autonomia saudável, respeitar e seguir os interesses da criança (Saunders et al., 2017).

A investigação contém inúmeras evidências que a DE se associa a uma série de aspetos fundamentais. A qualidade da relação é uma vertente central e determinante que fomenta múltiplos aspetos do comportamento/desenvolvimento da criança, como a confiança, a autonomia, ou as aptidões sociais e linguísticas (Bornstein et al., 2012; Saunders et al., 2015). A participação sensível e estruturada, por parte do(s) cuidador(es), potencia o desenvolvimento de padrões de vinculação segura na criança (Aviezer et al., 1999; Aviezer et al., 2000; Biringen, 2000). Adultos com um perfil responsivo e capaz de controlar as suas emoções durante o jogo, tendem a ter crianças que exibem menos frequentemente problemas comportamentais (Shilo & Serdste, 2022). No sentido inverso, adultos com padrões de DE desordenada continuada, caracterizada por insensibilidade, hostilidade, passividade ou alienação, nos primeiros anos de vida, tendem a ter crianças que na fase do início da escolarização, revelam problemas comportamentais (Easterbrooks et al., 2012). O cuidador, através de gestos intrusivos e ações de interferência, pode debilitar o desenvolvimento do comportamento exploratório e autonomia da criança (Paulus & Kammermeier, 2022).

De facto, a relevância de perfis de qualidade da DE estão bem reportados na literatura científica das últimas décadas.

Um aspeto cientificamente pouco explorado é a DE nas famílias por adoção. Como mencionado previamente no presente trabalho, um dos principais desafios que a adoção implica é a formação de vínculos familiares seguros. As crianças/os jovens adotadas/os têm histórias de vida que são, frequentemente, marcadas pela negligência (Román & Palacios, 2011) e pela ausência de figuras de referência consistentes (Raby & Dozier, 2019). Muitos enfrentam ainda a exposição a fatores de risco acrescidos que potenciam a formação de padrões de vinculação inseguros ou desorganizados (Altenhofen et al., 2013; Raby & Dozier, 2019; Van Den Dries et al., 2012). Estes aspetos específicos podem dificultar, a construção de uma relação parento-filial adotiva segura, e uma DE diádica de elevada qualidade.

Resultados de investigação prévia têm salientado o potencial impacto negativo da institucionalização das crianças que vivem temporariamente em instituições de acolhimento temporário, na fase prévia à adoção. Estes resultados desfavoráveis podem observar-se em diferentes domínios, nomeadamente a nível do desenvolvimento físico

(Frank et al., 1996; Johnson, 2000; Le Mare & Ma, 2006; Loman et al., 2009; Miller et al., 2005; Pomerleau et al., 2005) do desenvolvimento sócio emocional (Zeanah et al., 2009) do desenvolvimento cognitivo (Loman et al., 2009; Londen et al., 2007) e ao nível de problemas de comportamento (Merz & McCall, 2010; Wiik et al., 2011)

Não obstante estas experiências adversas em fases anteriores à adoção, diversos resultados de investigação têm salientado que após a integração nas famílias por adoção as crianças manifestam ganhos desenvolvimentais consideráveis (Cohen et al., 2008; Johnson, 2000; Juffer & van Ijzendoorn, 2012; Londen et al., 2007; Tan & Yang, 2005; Van Ijzendoorn et al., 2005).

Entre os resultados de investigações deste âmbito, destaca-se o efeito mediador da parentalidade adotiva, considerado através da qualidade da DE, na reversão dos comportamentos de “amizade indiscriminada” em crianças pequenas adotadas (i.e., idades compreendidas até aos 18 meses), que tinham estado previamente institucionalizadas (ver Garvin et al., 2012). Estes resultados obtidos revelam claramente que a DE parento-filial se associa à possibilidade de reversão de padrões de amizade indiscriminada e ao desenvolvimento positivo da capacidade de interpretar adequadamente emoções (Garvin et al., 2012).

Apesar dos progressos da investigação na exploração da DE parento-filial em famílias adotivas (e.g., Almeida, 2017; Almeida et al., 2022; Altenhofen et al., 2013; Baker et al., 2015; Barone et al., 2018; Garvin et al., 2012; Tubal, 2022), ainda permanece escassa a existência de resultados científicos acerca das características parentais específicas que se associam a diferentes qualidades da DE em famílias por adoção, sobretudo que envolvam a figura paterna e a criança.

2.3. A Vinculação dos Pais Adotivos e a Disponibilidade Emocional

A vinculação refere-se ao elo afetivo (McGinn, 2000), de origem biológica e inata, que floresce entre seres humanos, com a finalidade de estabelecer proximidade com o outro (Ainsworth et al., 2015).

Através do vínculo em formação a criança obtém respostas, que podem potenciar um sentimento de segurança (Bowlby, 1988) e de confiança no adulto e no ambiente circundante (McGinn, 2000). A garantia de segurança, engendrada pelo acesso aos cuidados sensíveis e disponíveis, constituem a “verdadeira” base para que a criança explore e exercite a sua autonomia (Collins & Feeney, 2013) e para que melhore a sua capacidade para descodificar e integrar a informação emocional (Provenzi et al., 2024).

Em geral a primeira figura do vínculo corresponde à mãe, todavia é possível estabelecer relações de vinculação com outras figuras significativas, pai ou avós, mas também de substituição, como a família de acolhimento e/ou a adotiva (Altenhofen et al., 2013; Salvaterra, 2007).

A vinculação viabiliza o desenvolvimento de modelos internos dinâmicos, ou seja, representações acerca de si e dos outros, que determinam a forma como este vê e interpreta o mundo (Bowlby, 1973; Ricks, 1985). Os modelos internos dinâmicos permitem filtrar e avaliar as interações, nomeadamente as sociais, do indivíduo com ambiente, orientando o seu comportamento, em particular nas relações de maior proximidade (Belsky, 2002).

A ativação do sistema comportamental de vinculação pode ser desencadeada por três motivos distintos: (1) Questões relacionadas com o próprio indivíduo (e.g., quando as suas necessidades estão comprometidas, como a fome, o sono ou em situação de doença); (2) motivos associados à figura a quem se está vinculado (e.g., ausência da figura de vinculação, incerteza da sua localização, ou por indisponibilidade, hostilidade ou desinteresse) e, (3) por razões ambientais (e.g., medo ou ameaça) (Salvaterra, 2007). A sua ativação é, no entanto, mais evidente em caso de ameaça ou adversidade. Quando o indivíduo se sente ansioso, cansado ou assustado, é impelido a procurar conforto, proteção e segurança junto da figura de vinculação (Collins & Feeney, 2013).

A teoria da vinculação assenta no reconhecimento do carácter adaptativo, sensível, contextual e coerente do comportamento de vinculação (Ainsworth et al., 2015). Mary Ainsworth foi pioneira ao identificar e classificar tipos distintos de vinculação ao observar as reações de bebés a situações de breve separação e reunião com mãe (através do procedimento da situação estranha) (Bretherton, 2009). Ainsworth organizou as respostas em torno de três padrões gerais de vinculação (Bretherton, 2009): O padrão seguro, tipo B (i.e., a criança sente a falta da mãe durante a separação, acolhe-a ativamente na reunião e retoma a atividade); o padrão inseguro-evitante, tipo A (i.e., a criança não manifesta alterações na separação e evita ou ignora ativamente a mãe na reunião), e o padrão inseguro-ansioso, tipo C (i.e., a criança exhibe alterações visíveis durante a separação, mostra interesse na reunião, mas não consegue acalmar-se pela presença da mãe) (Main & Solomon, 1990). Aos três tipos de vinculação previamente mencionados, Main e Solomon (1990) acrescentaram um quarto, o estilo desorganizado, tipo D, que descreve as crianças cujo comportamento é considerado como desorientado, alheado e distante, com sentimentos de raiva, medo ou confusão.

Embora inicialmente a teoria da vinculação tenha servido para descrever a natureza da relação entre pais e filhos, esta não se circunscreve apenas aos comportamentos da criança (Collins & Feeney, 2013). Os padrões de vinculação gerados na infância, acompanham o indivíduo ao longo da vida (Bowlby, 1973). A medida que a criança transita para outras fases do desenvolvimento e para outros contextos de interação fora da família, como o infantário ou a escola, os pares e outros adultos que assumem também funções de vinculação. Para além da ampliação dos microssistemas de vida dos indivíduos, bem como das figuras significativas, o indivíduo, cada vez mais autónomo, assume-se também como o seu próprio protetor (Salvaterra, 2007). O processo de formação da relação com o cuidador, que teve lugar nos primeiros meses de vida (McGinn, 2000), serve como guia para estas novas relações em formação. Na adolescência e primeiros anos enquanto adulto, este processo é continuado e perpetuado, sobretudo através das relações amorosas (Salvaterra, 2007). Estas tendem a ser mais duradouras e satisfatórias quando o indivíduo tem vínculos seguros, e demonstram maior capacidade de resolução de problemas de forma construtiva. O ciúme, sentimento de possessão e obsessão acerca dos sentimentos do outro são características de indivíduos com vinculação ansiosa ou ambivalente (Mayseless et al., 1997).

O adulto, ao contrário da criança, não requer o contacto físico com os pais para se sentir seguro em momentos de ansiedade. A invocação de lembranças ou das memórias dos cuidados de proximidade recebidos na infância funciona como representação simbólica do cuidador ausente, de onde o adulto retira conforto e segurança (Karantzas et al., 2010). Os comportamentos de exploração e independência são, nesta fase, dirigidos a atividades como trabalhar, viajar, a passatempos e o desenvolvimento de novas relações (Collins & Feeney, 2013).

Vários estudos demonstraram consistentemente, que os sujeitos com maior segurança na vinculação são mais positivos, seguros de si mesmos e confiam mais nos outros (Mayseless et al., 1997). A vinculação segura permite desenvolver maior otimismo e confiança nas suas estratégias de *coping*, interpretando as situações de forma menos ameaçadora. Adultos com este padrão vincutivo tendem a revelar maior facilidade na partilha de emoções e informação pessoal. Tendem também a recorrer ao compromisso e a integrar melhor a opinião do outro na resolução de conflitos relacionais (Belsky, 2002). Os indivíduos com uma vinculação ansiosa tendem a focar a sua atenção na fonte de stress, persistindo pensamentos ruminantes negativos. Recorrem a estratégias de *coping* mais emocionais sendo mais suscetíveis ao efeito de contaminação emocional negativa por parte das memórias dolorosas (Belsky, 2002). O evitamento e o distanciamento comportamental e cognitivo caracterizam os indivíduos com padrões de vinculação do tipo evitante. O recurso a desativação de memórias de adversidade, como forma de proteção, impacta a capacidade de experimentar sentimentos positivos. Indivíduos nestas circunstâncias são mais propensos a exibir sinais intensos de stress e hostilidade, inconscientes da sua manifestação (Belsky, 2002).

Os adultos, ao assumirem o papel parental, a representação de vinculação e as memórias das experiências na infância influem no tipo de cuidados disponibilizados aos filhos. A segurança e autonomia da vinculação, associam-se, nesta fase, a cuidados mais sensíveis e menos hostis (Cardoso & Veríssimo, 2013a; McFarland-Piazza et al., 2012). A vinculação segura materna atua como amortecedor dos efeitos negativos que problemas psicopatológicos podem implicar (Licata et al., 2016).

No caso de mães adotivas, modelos internos de funcionamento seguro, possibilitam a modificação de padrões de vinculação inseguros infantis dos filhos para modelos seguros (Alessio et al., 2012; Pace & Zavattini, 2011; Salvaterra, 2007). A investigação neste

âmbito tem demonstrado a semelhança entre a vinculação parental e a dos seus filhos (ver Piermattei et al., (2017). Resultados do estudo de Piermattei et al. (2017), com 20 crianças adotadas e os seus pais adotivos, evidenciaram a correspondência entre o tipo de vínculo parental e o exibido pela criança. No caso de modelos internos dinâmicos de funcionamento seguro materno evidencia-se o seu potencial como fator de proteção ao trauma e às privações experienciados previamente pelas crianças adotadas (Piermattei et al., 2017).

Candidatos à adoção, com ou sem filhos, quando comparados com pais biológicos, não apresentam diferenças dignas de destaque em termos das representações seguras de vinculação. Contraditoriamente, a estes resultados Di Folco et al. (2015) ao compararem os estilos de vinculação e a qualidade da relação destes dois grupos, em referência aos seus próprios pais e aos seus parceiros, concluíram que os casais sem filhos e que pretendem adotar, tem relações menos ansiosas, mais positivas e seguras. Adicionalmente, os potenciais pais adotivos (homens) são mais suscetíveis de evidenciar segurança na vinculação com os parceiros comparativamente às mulheres candidatas a mães adotivas (Di Folco et al., 2015) Evidências semelhantes foram relatadas no estudo de Calvo et al. (2015). Neste estudo compararam-se futuros pais biológicos e adotivos, concluindo-se que os segundos que demonstram mais segurança na vinculação no adulto, avaliando mais positivamente os cuidados recebidos em criança.

Os modelos internos dinâmicos de funcionamento atuam como canal de transmissão intergeracional de vinculação, mediado por cuidados parentais sensíveis e responsivos (Belsky 2006).

De facto, interessa explorar cientificamente de que forma a vinculação dos pais pode afetar os comportamentos interativos diádicos de disponibilidade emocional na relação com os seus filhos.

O arquétipo da vinculação segura e sensível descrito por Ainsworth, engloba diferentes características subjacentes ao construto da disponibilidade emocional. O conhecimento acerca do laço que une estes dois construtos tem sido reforçado pelos resultados de algumas das investigações realizadas nas últimas décadas. Aviezer et al. (2000) detetaram a relação entre os resultados elevados de DE e a vinculação infantil segura e adicionalmente, identificaram o potencial que a DE tem para discriminar entre

as classificações segura e inseguro-ambivalente. As mães de crianças com padrão seguro, manifestam maior sensibilidade e estruturação na interação. Por sua vez, as crianças filhas de mães seguras tendem a ter um perfil elevado de DE em relação às mães, sendo mais responsivas e procurando mais o envolvimento materno (ver Aviezer et al., 2000).

Resultados de uma investigação realizada com díades mãe-criança em famílias adotivas portuguesas salientaram a relação digna de destaque entre a Ansiedade, como característica do estilo vincutivo materno, e a Sensibilidade (i.e., uma das dimensões da DE) (Tubal, 2022). Neste sentido, mães adotivas que sentiam menos ansiedade nas suas relações significativas, e que experienciavam menos medo de abandono ou de não serem amadas ou desejadas, na interação com os seus filhos adotivos, exibiam uma maior sensibilidade (Tubal, 2022). Adicionalmente, neste estudo com famílias adotivas portuguesas, as mães adotivas que, vinculativamente, exibem mais conforto na proximidade e intimidade, e mais confiança na disponibilidade dos outros tendem a exibir também mais comportamentos adequados de Estruturação com os filhos (i.e., uma dimensão da DE). Destacou-se o valor preditivo do conforto-confiança vinculativa para a estruturação da aprendizagem e do jogo da criança por parte das mães adotivas (Tubal, 2022).

Estudos prévios tinham revelado resultados similares. Por exemplo, a vinculação das mães influencia a sua responsividade e sensibilidade com os filhos (Main et al., 1985). A vinculação segura materna assume-se como importante preditor da dimensão da sensibilidade (da DE) (Easterbrooks et Biringen, 2000). Pais com vinculações mais seguras tendem a exibir comportamentos de maior calor e recetividade com os seus filhos (ver Ladd & Pettit, 2002).

Num outro estudo prévio (ver Aviezer et al., 1999), os resultados indicaram a associação entre a elevada DE e as relações de vinculação infantil segura, bem como com as representações maternas autónomas. Inversamente, a associação entre a insegurança da vinculação infantil e os modelos internos dinâmicos maternos inseguros revelam o impacto negativo da qualidade relacional interativa (Aviezer et al., 1999).

A sensibilidade materna, uma das dimensões da DE, permite predizer a probabilidade de a criança desenvolver segurança na vinculação (Aviezer et al., 2003; Biringen, 2000). Corroborando estes resultados, num estudo realizado com famílias

adotivas residentes no Algarve (em Portugal), foi possível constatar que os pais adotivos que exibiam uma maior DE com os seus filhos (i.e., maior sensibilidade, maior e melhor adequação nos comportamentos de estruturação, de não-intrusividade e de não-hostilidade) tendiam a ter filhos adotivos com representações de segurança mais elevadas em termos vinculativos (Almeida et al., 2022). Adicionalmente também as crianças adotadas que exibiam uma maior DE em relação aos pais adotivos (i.e., mais envolvimento e responsividade em relação aos pais) exibiam mais representações de vinculação segura (Almeida et al., 2022). A DE assumiu-se como preditor relevante das representações de segurança das crianças adotadas, mesmo quando controlados os efeitos da idade da criança no momento da realização do estudo, a idade dos filhos adotivos no momento da adoção e o tempo de adoção/na família adotiva (Almeida et al., 2022).

A experiência prévia de cuidados sensíveis, afetuosos e responsivos, associa-se, no caso de mulheres com vínculos seguros, à reprodução deste tipo de cuidados com os seus próprios filhos, incluindo durante a gravidez (Eyüboğlu & Eyüboğlu, 2020).

Piermattei et al. (2017) conduziram um estudo, norteado pelo objetivo de analisar a correspondência entre o padrão vinculativo da criança adotada e dos pais adotivos, e a relação com as representações de vinculação e as interações diádicas. Os resultados demonstraram, que tal como as famílias biológicas, também as famílias adotivas evidenciam uma predisposição para a concordância entre o padrão de vinculação da materno e o do filho. No entanto, a mesma tendência não foi detetada para o vínculo paterno (i.e., criança-pai adotivo). A relação entre os padrões de vinculação e a DE também se evidenciaram na medida em que as crianças adotadas, com padrões seguros de vinculação tendem a demonstrar uma maior DE e eficiência no envolvimento e interação com cuidador (Piermattei et al., 2017).

De acordo com a literatura científica analisada, de uma perspetiva teórica e prática, parece fazer sentido explorar a relação entre as características de vinculação parental adotiva e a disponibilidade emocional DE com os filhos adotivos.

Adicionalmente outras características e processos familiares de natureza potencialmente transgeracional, como as memórias relativas às práticas educativas dos progenitores dos pais adotivos, deverão ser estudados no sentido de explorar a sua potencial relação com a DE na relação com os seus filhos.

2.4. As Práticas Educativas Parentais e a Disponibilidade Emocional

A parentalidade tem sido objeto de amplo interesse científico nos últimos 75 anos. O papel fulcral e o impacto que os cuidados parentais desempenham no desenvolvimento infantil é realçado por vários modelos teóricos e tem constituído a força motriz da investigação nesta área (Canavarro, 1996; Correia & Carmo, 2008; Kuppens & Ceulemans, 2019).

Entre os diversos meios e processos através dos quais os pais influenciam o desenvolvimento dos seus filhos, a literatura destaca os estilos parentais e as práticas educativas parentais (Carlo et al., 2007; Darling & Steinberg, 1993; Kuppens & Ceulemans, 2019). Os estilos parentais referem-se ao clima emocional, gerado pelo padrão de atitudes, valores e afetos, dirigido à criança e que contextualiza o comportamento parental (Darling & Steinberg, 1993; Martins & Lavado, 2015).

As práticas educativas parentais são comportamentos específicos, diretamente observáveis, utilizados pelos pais tendo em vista objetivos concretos de socialização (Correia & Carmo, 2008; Darling & Steinberg, 1993; Kuppens & Ceulemans, 2019; Yaffe, 2023). As práticas educativas parentais são alcançadas quer através da estimulação de comportamentos desejáveis, quer pela limitação e extinção daqueles que são menos aceitáveis (Alvarenga & Piccinini, 2001). Sem dúvida que estas duas formas distintas que as práticas educativas parentais podem assumir: a indutiva e a coerciva, servem diferentes propósitos. As práticas educativas parentais indutivas servem o propósito de incrementar ações e de elucidar a criança/o jovem sobre as consequências do seu comportamento nos outros (Alvarenga & Piccinini, 2001; Ceconello et al., 2003; Correia & Carmo, 2008; Hoffman, 1975, 1979). As práticas educativas parentais coercivas recorrem à força, punição ou privação de privilégios no sentido de promover a modificação do comportamento da criança ou do jovem a quem se dirigem (Alvarenga & Piccinini, 2001; Ceconello et al., 2003; Correia & Carmo, 2008; Hoffman, 1975, 1979). No mesmo sentido, embora dependendo da abordagem teórica, as práticas educativas têm também sido amplamente descritas de acordo com duas dimensões principais: (1) o apoio parental, também designado como responsividade, que se refere à natureza emocional da relação pais-filhos, que se manifesta através de atitudes de aceitação, envolvimento,

disponibilidade e afeto, e o (2) o controlo, também nomeado como exigência, que remete para tentativas parentais de supervisionar, controlar e regular o comportamento da criança através da aplicação de regras e exigências, castigos e recompensas (Cardoso & Veríssimo, 2013b; Kuppens & Ceulemans, 2019; Yaffe, 2023). Estes conteúdos previamente descritos constituem as diferentes formas de definir e descrever estas duas vertentes complementares que as práticas educativas parentais podem assumir.

Sem dúvida a relevância das práticas educativas parentais é inquestionável uma vez que constituem um mecanismo de influência direta para a aquisição e o desenvolvimento de comportamentos e características específicas (Darling & Steinberg, 1993).

Uma das justificações frequentes para a exibição de determinado padrão de comportamentos e atitudes por parte dos pais na educação dos seus filhos é a forma como eles próprios foram educados. Uma explicação particularmente pertinente no caso das mulheres (Lomanowska et al., 2015; Ricks, 1985). Trata-se de um fenómeno, descrito em vários estudos, designado como transmissão intergeracional de práticas educativas parentais (Conger et al., 2003; Covell et al., 1995; Freitas et al., 2013; Hennig, 2008; Lundberg et al., 2000; Weber et al., 2006). É um processo psicológico, intencional ou não, através do qual a geração anterior influencia as atitudes e os comportamentos parentais da geração seguinte (Belsky et al., 2012; van Ijzendoorn, 1992).

As memórias relativas às práticas parentais que o indivíduo vivenciou na infância, demonstraram perdurar de forma estável (ver Asselmann et al., 2015). A idade do indivíduo quando assume o papel parental, ou seja, se é mais velho ou mais novo, parece não ter efeitos atenuadores ou moderadores de transmissão intergeracional (Belsky et al., 2012). Revelador é também a elevada estabilidade destas memórias em situações em que existe a presença de psicopatologia. Richter e Eisemann (2001) avaliaram a estabilidade das memórias das práticas educativas em adultos com depressão no momento de admissão e de saída de uma clínica de tratamento. Os resultados apurados revelaram que estas permanecem com elevada estabilidade, independentemente de alterações significativas na severidade de patologia (Richter & Eisemann, 2001).

A intergeracionalidade é ainda demonstrada pelo risco associado à repetição de determinados padrões. O estudo de Capaldi et al. (2003), contemplou três gerações de homens da mesma família. Os resultados salientaram a relação digna de destaque entre

os cuidados parentais desadequados da primeira geração e a exibição de cuidados parentais semelhantes exibidos pela segunda geração. Este tipo de cuidados na família de origem pode agir como importante mediador no desenvolvimento de comportamento antissocial durante a infância (Capaldi et al., 2003). Outras investigações salientaram resultados semelhantes, demonstrando a manutenção intergeracional de comportamentos agressivos e práticas educativas coercivas (ver Conger et al., 2003; Freitas et al., 2013).

Na adolescência, a agressividade está associada a memórias de práticas educativas parentais pautadas pela rejeição, sobreproteção, favoritismo e menos afeto (Aluja et al., 2005). Adolescentes grávidas que relatam uma maior rejeição nos cuidados parentais recebidos na infância tendiam a manifestar, nas suas relações presentes, uma maior desconfiança e mais dificuldades relacionais (Rodrigues et al., 2004).

No sentido inverso, cuidados parentais mais afetuosos são descritos por indivíduos mais sensíveis, responsáveis e sociáveis (Aluja et al., 2005).

Memórias de cuidados caracterizados pela elevada responsividade predisõem o indivíduo para demonstrar maior sensibilidade e receptividade aos sinais e às necessidades da criança (van Ijzendoorn, 1992). A percepção positiva da mãe e da relação com a mesma na infância associam-se a uma melhor relação na adolescência (van Ijzendoorn, 1992).

Dado o contributo das interações parento-filiais na infância no desenvolvimento de modelos internos de funcionamento, bem como a potencial influência que estas têm na qualidade e padrão das relações posteriores (Perris & Andersson, 2000), torna-se necessário destacar o elo entre a vinculação e as práticas educativas parentais. Resultados de investigação prévia evidenciaram a associação entre a dimensão do cuidado parental de rejeição e o desenvolvimento de padrões inseguros de vinculação (Rodrigues et al., 2004b). No mesmo sentido, o estudo realizado por Perris e Andersson (2000) evidenciou a relação entre o a sobreproteção/rejeição e a vinculação insegura. Inversamente, destacou-se a relação entre o apoio emocional e a vinculação segura (Perris & Andersson, 2000). Crianças com relações de vinculação inseguras evitantes relatam com maior frequência práticas de rejeição por parte dos pais. Os cuidados ansiosos são com maior frequência evidenciados por pais de crianças com padrão por inseguro-ambivalente de vinculação (Cardoso & Veríssimo, 2013). Pais que exibem afeto, atenção, que estão disponíveis e respondem às necessidades dos filhos, tendem a fomentar a formação de

características relacionadas com a vinculação segura na adultez dos filhos (Canavarro et al., 2006).

A investigação tem-se focado sobretudo nas práticas educativas maternas e nas memórias de práticas educativas maternas, embora na última década, se evidencie um interesse crescente em explorar igualmente as práticas paternas.

A relação pai-filho na infância, mais especificamente as memórias acerca dela, pode contribuir para qualidade do comportamento paterno futuro (ver Shannon et al., 2005). As memórias de cuidados paternos marcados por aceitação predizem uma maior responsividade e interatividade dos filhos enquanto pais (Shannon et al., 2005).

No que se refere ao conteúdo específico das práticas educativas parentais, os pais (i.e., os homens) tendem a apresentar uma menor variedade no número e no tipo de estratégias às quais recorrem, sendo substancialmente menos indutivos em comparação com as mães (Marin et al., 2011).

Uma revisão sistemática conduzida por Yaffe (2020), examinou as diferenças entre pais e mães no que se refere às práticas e estilos parentais. Os resultados de investigações desenvolvidas no âmbito desta temática sugerem que os pais são menos acolhedores, responsivos e encorajadores. Os pais (i.e., homens) tendem também a exibir menos comportamentos de promoção de autonomia, a demonstrar menos exigência e controlo, bem como menos comportamentos de afeto. Utilizam também com menor frequência a punição física como estratégia disciplinadora, comparativamente à figura materna (Shan & Hawkins, 2014). Resultados de investigação prévia recente salienta uma maior frequência do estilo parental autoritário por parte dos progenitores masculinos (Liu, 2023).

Madsen et al. (2007) hipotetizaram que a capacidade para providenciar cuidados sensíveis e ajustados às necessidades do bebé, pode não estar relacionada com o género parental ou com os papéis de género, mas sim com as experiências prévias de cuidados sensíveis por parte de cada um dos progenitores na sua infância.

De acordo com a literatura científica analisada nesta área específica parece fazer sentido explorar a relação existente entre as memórias de práticas educativas na infância dos pais e a disponibilidade emocional na relação atual entre estes e os filhos. Contudo,

que seja do nosso conhecimento, até à data, apenas foi descrito um estudo que explora esta relação (ver Tubal, 2022) e que faz parte do projeto mais amplo que a presente investigação integra. Os resultados deste estudo demonstraram a existência de uma relação digna de destaque entre as memórias de infância e de adolescência relativamente às práticas educativas parentais caracterizadas pelo suporte emocional por parte dos pais dos pais adotivos (i.e., os avós adotivos das crianças/jovens adotados) e a Estruturação (i.e., uma dimensão da DE) em interação diádica entre a mãe adotiva e o seu/sua filho(a) adotado(a). De facto, mães adotivas cujas recordações, do início da sua história de vida com os seus próprios pais, relativamente às práticas educativas parentais eram emocionalmente suportivas tendiam a exibir maior e melhor estrutura na interação com os seus filhos adotivos (Tubal, 2022).

Atendendo à importância que as práticas educativas parentais têm no desenvolvimento da criança, é fulcral compreender melhor as questões em torno da intergeracionalidade destas. Ao considerar as influências que os padrões relacionais estabelecidos na infância e na adolescência desempenham na manutenção e reprodução de modelos de parentalidade e a ainda reduzida exploração científica do papel desempenhado pelos pais (i.e., homens), importa colmatar estas lacunas contribuindo com o desenvolvimento de investigação nestas temáticas específicas.

Existe uma quase ausência de estudos que relacionem as memórias das práticas educativas parentais em pais adotivos e a sua disponibilidade emocional na relação com os seus filhos adotivos. Adicionalmente, e tal como previamente explanado, a literatura sugere que ambos os construtos são relevantes no desenvolvimento e na qualidade relacional parento-filial. Destaca-se, então, a necessidade de explorar cientificamente a relação entre as práticas educativas parentais recordadas da infância e adolescência dos pais atuais e a sua disponibilidade emocional com os seus filhos.

Para além das memórias relativas às práticas educativas parentais perspectiva-se que outras características e condições paternas podem influenciar a disponibilidade emocional, nomeadamente algo cada vez mais valorizado na sociedade atual, a saúde mental parental.

2.5. A Saúde Mental Parental e a Disponibilidade Emocional

A ideia mais comum associada à saúde mental é que envolve a ausência de doença (Galderisi et al., 2015; Keyes, 2014; Seeker, 1998; Westerhof et al., 2009). No entanto, saúde mental é mais do que a mera ausência de doença (Galderisi et al., 2015). Segundo a OMS (2005), consiste no estado de bem-estar que capacita o indivíduo para lidar com as exigências da vida diária, aprender a ser produtivo e a participar ativamente na comunidade. É um continuum complexo, experienciado subjetivamente, e é variável quer ao nível da intensidade, quer das implicações (OMS, 2022). A doença mental e a saúde mental constituem dimensões separadas embora relacionadas entre si (Fonte et al., 2016; Keyes, 2014; Westerhof et al., 2009).

A definição proposta por Galderisi et al. (2015), procurou ser mais inclusiva, universal e próxima da panóplia de emoções e estados que compõem a vida humana. É interpretada como o estado de equilíbrio interno dinâmico, que permite ao indivíduo o uso das suas capacidades cognitivas e sociais, reconhecer e gerir as suas emoções, demonstrar empatia, ser flexível na gestão das vivências diárias, em harmonia com os valores humanos universais (Galderisi et al., 2015).

Uma das temáticas que tem sido amplamente estudada, a nível científico, é o papel da saúde mental parental no desenvolvimento da criança. Os efeitos, diretos e indiretos, da saúde parental afetam vários domínios do desenvolvimento infantil (Laucht et al., 1994; Manning & Gregoire, 2009).

De igual modo, a relação entre a parentalidade e os seus potenciais benefícios tem suscitado grande interesse da comunidade científica (Nelson et al., 2014). Existem evidências que sugerem os efeitos positivos que a parentalidade pode ter na saúde mental e no bem-estar parental. Helbig et al. (2006) descreveram os efeitos globalmente positivos que a parentalidade exerce na saúde mental dos pais, em particular, a tendência para uma menor ocorrência de depressão e de consumo de substâncias. A par dos efeitos na saúde mental dos pais, a parentalidade por si só, pode ter um efeito substancial positivo e duradouro, ao satisfazer as necessidades emocionais destes, como símbolo de estatuto e identidade, criando a ponte para a socialização com outros pais e contribuir para o sentimento de pertença (Pollmann-Schult, 2014).

Apesar da capacidade protetora da parentalidade, existem inúmeras evidências científicas do potencial efeito que diferentes perturbações exercem na qualidade da relação pais-filhos.

As associações entre os problemas de saúde mental parental e o desenvolvimento infantil são há muito conhecidas e os seus efeitos podem prolongar-se desde a infância até a adolescência. A investigação de Gregoire e Manning (2009) salienta o impacto da saúde mental dos pais no desenvolvimento de padrões inseguros de vinculação, problemas de desenvolvimento cognitivo, problemas emocionais, sociais e comportamentais e por fim, o risco acrescido de desenvolvimento de problemas de saúde mental na criança.

As dificuldades de regulação afetiva de mães de bebés com 4 e 5 meses, nomeadamente, a utilizar estratégias desadequadas de redução da tensão, a manifestar instabilidade emocional e obstáculos na regulação emocional impactavam na disponibilidade emocional materna com os seus bebés (Cole et al., 2012). A capacidade destas mães para providenciar estruturação de forma ótima é diminuída, em pela presença de estratégias desajustadas de redução da tensão, registando-se o incremento de comportamentos intrusivos na interação com os seus filhos (Cole et al., 2012).

No que se refere à relação de doença mental com a disponibilidade emocional (DE), constatou-se que as mães com perturbação bipolar tendiam a revelar uma menor DE, bem como a exibir mais comportamentos de intrusividade com os seus filhos de 6 meses de idade, quando comparadas com mães que não manifestavam problemas de saúde mental (Aran et al., 2021). A hipótese explicativa para esta tendência diz respeito à alternância entre estados de humor e a dificuldades regulatórias que as mães com estas características podem experienciar (ver Aran et al., 2021).

Corroborando esta tendência, foi também evidenciado que, em interação com os seus filhos entre os 5 e os 12 anos de idade, mães com perturbação borderline tendiam a exibir comportamentos de maior hostilidade comparativamente a outras mães sem este tipo de problemas (Attar et al., 2018). Adicionalmente, constatou-se que mães com depressão em remissão tendiam a exibir comportamentos de DE de menor sensibilidade com os seus filhos (Attar et al., 2018).

Os mesmos autores haviam relatado, num estudo prévio composto por 178 díades mães-filhos, com idades entre 5 e os 12 anos, alterações ao nível da sensibilidade, estruturação e não-hostilidade associados a depressão em estado remissivo (ver Attar et al., 2015).

Resultados de investigação prévia evidenciam também a diminuição da responsividade e o aumento dos comportamentos intrusivos e/ou de alheamento durante a interação mãe-filho/a como consequência da depressão materna (Manning & Gregoire, 2009).

A díade parento-filial está ainda exposta a risco acrescido de elevada indisponibilidade emocional relacionada com a perturbação depressiva major (Aran et al., 2021). Estas conclusões resultam do estudo de Aran et al. (2021), com 115 díades avaliadas em quatro momentos distintos: às 20 semanas de gravidez; no segundo trimestre; após o nascimento do bebé e aos 12 meses de idade da criança. Os resultados descrevem que 20% da variação detetada na DE resultou da existência desta perturbação nas mães, com 93% das interações classificadas como emocionalmente indisponíveis (Aran et al., 2021).

O trabalho desenvolvido por Curran (2016) evidenciou o comprometimento da habilidade infantil para reconhecer a disponibilidade emocional materna, associado a sintomas depressivos maternos. A redução da comunicação, a desregulação emocional, controlo elevado e mensagens autocentradas sinalizam a criança distanciamento e indisponibilidade por parte do cuidador materno.

Adicionalmente, outra informação científica digna de destaque é a associação negativa entre a vinculação pré-natal, definida como os comportamentos, emoções e percepções dos pais relativas ao nascituro, a depressão entre adolescentes grávidas (Eyüboğlu & Eyüboğlu, 2020).

A depressão pós-parto, com exceção da não-hostilidade, afeta todas as dimensões da DE. A interação é, na situação de depressão pós-parto, relatada pela mãe como menos alegre, menos síncrona e menos envolvente por parte da criança (Vliegen et al., 2009). Há evidências que apontam a sensibilidade como a dimensão mais afetada por esta perturbação (Frigerio et al., 2019; Licata et al., 2016). Em geral, a capacidade de ser

emocionalmente disponível é alterada pelo uso de substâncias, como a álcool, cocaína e heroína, nomeadamente a sensibilidade materna (Fraser et al., 2010; Frigerio et al., 2019), a não-hostilidade e a não-intrusividade (Frigerio et al., 2019).

A importância e o impacto da qualidade emocional na interação entre o cuidador e a criança durante o primeiro ano de vida estendem-se muito para além desta fase. Allsop et al. (2019) examinaram até que ponto a saúde mental materna, o elo pós-natal e o hábito tabágico permitem prever a DE aos oito e aos 12 meses, entre 308 pares de mãe-filhos. Os resultados mostraram a associação entre stress e sintomas depressivos e a vinculação aos 12 meses. Enquanto o hábito tabágico prediz disponibilidade emocional significativamente menos ótima aos 12 meses. Contudo, estes resultados não persistiam, ao ter em conta o ajustamento aos oito meses e o desejo de ser mãe. Demonstrando a importância da elo precoce para a qualidade da ligação emocional entre a díade.

O histórico de experiências adversas maternas durante a infância parecem constituir um fator de risco no primeiro ano de vida dos filhos, existindo associação entre estes eventos e a menor DE materna e infantil 18 meses após o parto (Andrews et al., 2021).

São, sobretudo, os efeitos da saúde mental materna que têm sido estudados, existindo ainda um amplo campo a explorar no que concerne às potenciais influências da saúde mental paterna (Laucht et al., 1994) na relação pai-filhos, nomeadamente no que se refere DE diádica.

À guisa de conclusão, os resultados de investigação têm evidenciado o impacto da saúde mental, ou da falta dela, na disponibilidade emocional na díade mães-filhos. Que seja do nosso conhecimento não existe nenhum estudo que tenha explorado a relação entre a saúde mental dos pais (homens) e a disponibilidade emocional destes com os respetivos filhos adotivos. Na medida em que existe uma quase ausência de investigação que explore a relação existente entre algumas características dos pais adotivos (i.e., a vinculação, as práticas educativas parentais que os pais adotivos percecionam ter tido com os seus próprios pais e a saúde mental dos pais) e a disponibilidade emocional diádica com os seus filhos adotivos, é crucial examinar estas potenciais relações.

3. Objetivos e Hipóteses de Investigação

O presente estudo insere-se no projeto de investigação “Ajustamento nas Famílias Adotivas” desenvolvido por uma equipa de investigação constituída por diferentes investigadores e psicólogos (i.e., Ana Susana Almeida, Cristina Nunes, Marina Fuertes, Sandra Mendonça, Jean-Christopher Giger e Lília Silva).

Para além desta equipa a psicóloga da educação e mestre Lara Marisa Néné Tubal também desenvolveu a sua dissertação de mestrado no âmbito deste projeto, tendo explorado os preditores da disponibilidade emocional nas mães adotivas (ver Tubal, 2022).

O principal objetivo do presente estudo é o de determinar a relação entre a vinculação dos pais adotivos (i.e., homens), as práticas educativas parentais percebidas (dos seus pais em relação a si próprios) e a sua saúde mental global, e a sua disponibilidade emocional diádica com os filhos adotivos.

Neste sentido, os objetivos específicos são:

1. Determinar se a vinculação (i.e., ansiedade, conforto, proximidade e confiança) dos pais adotivos é um preditor significativo da disponibilidade emocional diádica (i.e., sensibilidade, estruturação, não-intrusividade, não-hostilidade, responsividade da criança e envolvimento da criança) entre pais e filhos.
2. Examinar se as práticas educativas parentais percebidas (i.e., suporte emocional, rejeição e sobreproteção), dos seus pais em relação a si próprios na infância, se assumem como um preditor significativo da disponibilidade emocional diádica entre pais e filhos adotivos.
3. Averiguar se a saúde mental global dos pais adotivos constitui um preditor significativo da disponibilidade emocional diádica entre pais e filhos adotivos.

Colocam-se as seguintes hipóteses de investigação:

H1: Quanto maior o conforto, a proximidade e confiança exibida pelos pais adotivos maior a disponibilidade emocional diádica pais-filhos.

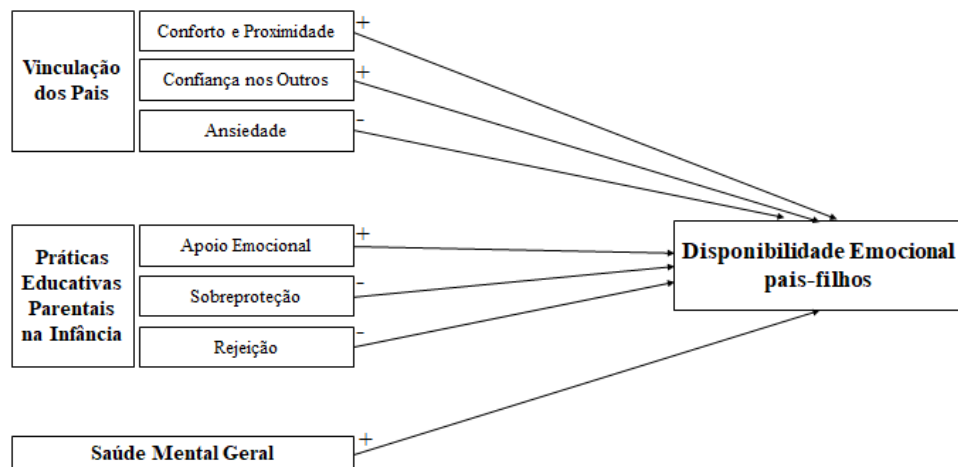
H2: Quanto menor a ansiedade exibida pelos pais adotivos maior a disponibilidade emocional diádica pais-filhos.

H3: Quanto maior o apoio emocional percebido, nas práticas educativas parentais na infância, maior a disponibilidade emocional diádica pais-filhos.

H4: Quanto menor a rejeição e a sobreproteção percecionadas, nas práticas educativas parentais na infância, maior a disponibilidade emocional diádica pais-filhos.

H5: Quanto maior a saúde mental global dos pais adotivos maior a disponibilidade emocional diádica pais-filhos.

Figura 1. Diagrama do desenho de investigação: Vinculação, práticas educativas parentais e saúde mental parental como preditores da disponibilidade emocional entre pais e filhos adotivos



O presente estudo centra-se na relação entre os pais (i.e., homens) e os seus filhos adotivos e em aspetos relativos aos pais, para que seja possível uma análise e exploração centrada nas especificidades desta relação parental-filial. No âmbito do projeto alargado de investigação, no qual este estudo se insere, foram também recolhidos dados de interação mãe-filho/a (explorados noutros estudos, e.g., Almeida, 2017; Almeida et al., 2022; Lara 2022).

4. Método

4.1. Desenho Metodológico

Na presente investigação pretende-se realizar um estudo quantitativo, transversal, de natureza correlacional, recorrendo-se a uma amostra de conveniência e a dados relativos a pais (homens) e respetivas/os filhas/os adotivas/os que residem na região do Algarve.

4.2. Participantes

Foi selecionado o método de amostragem por conveniência determinada, repartido em dois momentos. Primeiramente, através dos contatos disponibilizados pela Equipa de Adoção, Acolhimento Familiar e Apadrinhamento Civil, do Sector da Prevenção do Risco, Núcleo de Infância e Juventude, da Unidade de Desenvolvimento Social e Programas do Instituto da Segurança Social de Faro, de famílias adotivas a residir no Algarve. Num segundo momento foi obtido o acordo das famílias selecionadas para a participação na investigação e agendaram-se, com as famílias as datas e os horários para a realização das visitas domiciliárias para a recolha de dados.

A amostra final é constituída por 108 participantes, de 54 famílias adotivas distintas. Os 54 pais adotivos apresentam uma idade média de 43.39 anos ($DP= 5.35$).

Participaram 54 crianças, 17 do sexo feminino ($M_{idade} = 75.47$, $DP = 43.18$) e 36 do sexo masculino ($M_{idade} = 100.42$, $DP = 49.29$), com idade média de 92.93 meses ($DP= 48.14$), um tempo médio na família adotiva de 57.63 meses ($DP=35.86$; $min=1$, $máx=160$) e que foram adotadas em média com 34.89 meses de idade ($DP=35.70$; $min=1$, $máx=142$).

As tipologias familiares eram: famílias monoparentais ($n = 2$), biparentais ($n = 34$), biparentais com filhos biológicos ($n = 6$), biparentais com mais um filho adotivo ($n = 6$), biparentais com filhos biológicos e mais um filho adotivo ($n = 1$), e cinco pais que optaram por não responder.

As habilitações literárias dos participantes adultos, são: 4º ano do Ensino Básico ($n = 1$), 6º ano do Ensino Básico ($n = 2$), 7º ano do ensino básico ($n = 1$), 9º do Ensino Básico ($n = 7$), 10º ano Ensino Secundário ($n = 2$), 12º do ensino secundário ($n = 22$), 15º ano ($n = 1$), 21º ano ($n = 1$), bacharelato ($n = 1$), mestrado ($n = 2$), licenciatura ($n = 12$) e

doutoramentos (n = 2). A média de anos de estudo é de 13,02 ($DP = 4.041$; min. = 4; max. = 22) (ver Tabela 1).

Relativamente as condições de empregabilidade, verifica-se alguma diversidade, como é possível constatar na Tabela 1. Todavia, a maioria dos participantes tem um vínculo laboral efetivo (n = 37).

Tabela 1. Descrição das habilitações literárias e das condições de empregabilidade dos pais adotivos

	<i>Características sociodemográficas (n=54)</i>	<i>Pais adotivos</i>
<i>Habilitações literárias</i>	1º Ciclo EB concluído	1 (1.9%)
	2º Ciclo do EB concluído	3 (5.6%)
	3º Ciclo do EB concluído	9 (17%)
	Ensino Secundário concluído	22 (41%)
	Bacharelato	1 (1.9%)
	Licenciatura	12 (22 %)
	Mestrado	2 (3.7%)
	Doutoramento	2 (3.7%)
	Outros não especificados (21 e 15 anos de estudos) 1+1 (1.9+1.9%)	
<i>Condições de empregabilidade</i>	Emprego efetivo	37 (68.5%)
	Contrato a termo	5 (9.3%)
	Trabalhador por conta própria	3 (5.6%)
	Reformado por invalidez	2 (3.7%)
	Pré-reforma	1 (1.9%)
	Desempregado	2 (3.7%)

4.3. Instrumentos

4.3.1. EVA – Escala de Vinculação do Adulto (Canavarro, 1997)

Para determinar a vinculação percecionada pelos pais adotivos relativamente às suas relações de intimidade foi utilizada a Escala de Vinculação do Adulto (Canavarro,

1997). Trata-se da adaptação a população portuguesa da *Adult Attachment Scale* (AAS-R; Collins & Read, 1990), desenvolvida inicialmente com o propósito de ultrapassar os limites do instrumento de avaliação elaborado por Hazan e Shaver (1987) (Canavarro et al., 2006).

O questionário de autorresposta é composto por 18 itens, referentes a três dimensões: *Ansiedade*, *Conforto e Proximidade* e *Confiança nos Outros*. A primeira dimensão (i.e., Ansiedade) avalia a ansiedade sentida pelo respondente nas suas relações significativas (e.g., o receio de ser abandonado ou de não ser querido/amado pelo outro). O *Conforto e Proximidade* diz respeito ao grau de à-vontade que o indivíduo tem com a proximidade e a intimidade. A última dimensão, *Confiança nos Outros* avalia o grau de confiança que o indivíduo tem nos outros e na sua disponibilidade quando é necessário (Canavarro et al., 2006).

Cada item da escala é avaliado numa escala de tipo *Likert* de 5 pontos, variando entre 1 “*Nada característico e mim*” e 5 – “*Extremamente característico em mim*”. A pontuação de cada dimensão é obtida através da média obtida nos 6 itens que compõem cada dimensão. Pontuações mais elevadas são indicativas de uma maior presença das características avaliadas.

Os resultados de consistência interna relatados no estudo original foram de .72 para a Ansiedade, .69 para a o Conforto e Proximidade e de .75 para a Confiança nos outros (Collins & Reads, 1990).

Na adaptação e validação portuguesa da escala os Alfas de *Cronbach* reportados foram de ($\alpha = .81$) relativamente à escala total. Os valores para cada uma das dimensões foram de .89 (*Ansiedade*), .67 (*Conforto e Proximidade*) e .54 (*Confiança nos Outros*), encontrando-se os dois últimos abaixo do valor desejável (Canavarro et al., 2006). É sugerido que, nestas situações em que se obtêm valores de consistência interna menos adequados, as subescalas *Conforto com a Proximidade* e *Confiança nos Outros* podem ser agrupadas para se obter uma medida sintetizada de *Conforto-Confiança* (Canavarro et al., 2006; Collins, 2008).

No que se refere aos resultados obtidos no presente estudo, os valores de consistência interna foram de .89, para a dimensão Ansiedade e para a dimensão agregada Conforto-Confiança foi de .75.

4.3.2. Lembranças das práticas educativas parentais - *Memórias de Infância* – EMBU (Canavarro, 1996)

Com objetivo de avaliar as memórias relativas às práticas educativas parentais percebidas durante a infância e adolescência de adultos foi utilizada a Escala de Memórias de Infância – EMBU (Canavarro, 1996). Utilizou-se a adaptação portuguesa, na versão abreviada (Canavarro, 1996) da EMBU – Egnä Minnen Beträffande Uppfostran (Perris et al., 1980), desenhada para avaliar a regularidade de ocorrência de determinadas práticas educativas parentais na infância, relativamente ao pai e a mãe, separadamente. A escala original é composta por 81 questões agrupadas em 15 subescalas.

A EMBU é um questionário de autorrelato (Castro et al., 1997), composto por 23 itens que se encontram organizados em três dimensões: o *Apoio Emocional*, a *Rejeição* e a *Sobreproteção*. O *Apoio Emocional* diz respeito à soma das práticas educativas parentais que permitem aos filhos desenvolver sentimentos de conforto, segurança e aceitação na sua presença e lhes transmite a ideia de aprovação, encorajamento e ajuda. Consistem em expressões verbais e/ou físicas de carinho e de amor. A *Rejeição* são as práticas educativas dos pais, entendidas como pressão parental, que visam o ajustamento dos comportamentos dos filhos ao desejo dos progenitores, são sentidos pelos filhos como reprovação, desvalorização e/ou pressão. A *Sobreproteção* reflete as atitudes de controlo parental, ingerência, imposição de elevados padrões de realização e/ou proteção percebida como excessiva, imposição de elevados padrões de realização, que limitam ou impossibilitam comportamentos de independência por parte dos filhos, dos quais é esperado o cumprimento de regras rígidas (Canavarro, 1996).

As respostas são assinaladas numa escala do tipo *Likert*, de quatro pontos, cujas opções de resposta são: “1=Não, nunca”, “2=Sim, ocasionalmente”, “3=Sim, frequentemente” e “4 = Sim, a maior parte do tempo”.

No estudo de adaptação do instrumento à população portuguesa, os resultados do *alpha* de *Cronbach* para o total dos itens pode ser considerado como aquém dos valores considerados adequados (.54 para o pai e .66 para a mãe) (Canavarro, 1996).

Os valores obtidos no presente estudo são: *Apoio Emocional* ($\alpha = .82$ e $.87$ para a mãe e para o pai respetivamente), com valor total de $.92$. A subescala *Rejeição* ($\alpha = .81$ e $.82$ para a mãe e para o pai, respetivamente), e o valor total $.90$, a *Sobreproteção* ($\alpha = .71$ e $.76$ para a mãe e para o pai) não demonstraram uma consistência interna satisfatória. Neste sentido, optou-se por agregar as médias da mãe e do pai de cada subescala. O total

de *Apoio Emocional* ($\alpha = .92$), de *Rejeição* ($\alpha = .90$) e de *Sobreproteção* ($\alpha = .84$) apresentaram valores de consistência interna consideradas adequadas.

4.3.3. Questionário de Saúde Geral (Antunes & Ribeiro, 2003)

Para avaliar a percepção da saúde mental ou o bem-estar psicológico dos pais adotivos do presente estudo foi utilizado o Questionário de Saúde Geral, a versão portuguesa (Antunes & Ribeiro, 2003) do *General Health Questionnaire* - GHQ-28 (Goldberg & Hillier, 1979) a partir da versão inicial de Goldberg (1972) com 60 itens.

O GHQ-28 é um questionário de autorresposta que avalia o estado mental ou o bem-estar psicológico e identifica a existência ou o risco de desenvolver desordens psiquiátricas não psicóticas possíveis na população geral não clínica (Antunes & Ribeiro, 2003). É constituído por quatro subescalas, *Sintomas Somáticos* (itens 1-7), *Ansiedade e Insónia* (itens 8-14), *Disfunção Social* (itens 15-21) e *Depressão Grave* (itens 22-28). Cada uma destas subescalas contempla sete itens. A pontuação total varia de 0 a 20 pontos, em que cotações superiores indicam uma maior probabilidade de stress psiquiátrico. Os métodos de cotação mais comuns são o método bimodal e o método de escala de tipo *Likert* (i.e., de 0 a 4). No presente estudo optou-se por utilizar a escala de tipo *Likert* de 1 “*Melhor do que o costume*” a 4 “*Muito pior do que o costume*”.

O estudo de adaptação para a população portuguesa relata valores de consistência interna de .94 para valores totais dos itens, de .85 para a subescala de Sintomas Somáticos, de .88 para Ansiedade e Insónia, de .83 para a Disfunção Social, por fim, de .89 para a subescala de Depressão Grave (Antunes & Ribeiro, 2003).

No presente estudo foram obtidos os seguintes valores de consistência interna: .82 para os valores totais dos itens; .58 para a subescala de *Sintomas Somáticos*; .72 para a subescala *Ansiedade e Insónia*; .70 para a *Disfunção Social* e .84 para a *Depressão Grave*.

4.3.4. EDE- Escala de Disponibilidade Emocional

A avaliação da disponibilidade emocional diádica pais e filhos adotivos foi efetuada com recurso à Escala de Disponibilidade Emocional (EDE) (Almeida, 2017) da original *Emotional Availability Scales (EA)* de Biringen et al. (1998).

A escala é composta por seis dimensões, quatro referentes aos adultos e duas às crianças (Biringen et al., 2000). Enquanto parte de um sistema de avaliação da qualidade da relação, embora distintas, as dimensões do adulto e da criança estão interligadas e refletem a forma como cada elemento interativo da díade afeta o outro (Biringen et al., 2014), evidenciando o carácter bidirecional da interação, capturando as potenciais diferenças entre eles (Saunders et al., 2015).

Existem duas versões distintas, uma operacionalizada para crianças até a idade escolar (0-5 anos) e outra para crianças e jovens (6-14 anos) (Biringen et al., 2014). Na presente investigação ambas as versões foram utilizadas.

As dimensões dos pais/cuidadores/Adultos são: *Sensibilidade*, *Estruturação*, *Não-Intrusividade* e *Não-Hostilidade*. As duas dimensões referentes à criança são a *Responsividade da Criança* e o *Envolvimento da Criança* (Biringen et al., 2014; Biringen & Easterbrooks, 2012; Saunders et al., 2015).

A *Sensibilidade* integra um conjunto de emoções e de comportamentos dos adultos em relação à criança/ao adolescente e realça a importância do diálogo emocional entre a díade e a congruência entre os indicadores verbais e não verbais. Implica a clara interpretação dos sinais que a criança/o adolescente exhibe em relação às suas necessidades, comunicações e iniciativas e a adequada responsividade aos mesmos, desenvolvendo um ambiente afetuoso, sincero e positivo (Biringen, 2008; Biringen et al., 2014; Biringen & Easterbrooks, 2005, 2012).

A *Estruturação* requer a monitorização, determinação de limites e regras e uma gestão proativa de comportamentos inadequados e/ou conflitos, no sentido de desenvolver na criança/no adolescente um padrão interno que regula comportamentos adequados, de autonomia, exploração e decisão. Consiste na capacidade de o cuidador agir como suporte e estrutura, como guia, orientando as atividades da criança/do adolescente, encorajando os comportamentos adaptativos que fomentem a autonomia (Biringen & Easterbrooks, 2012) e níveis superiores de compreensão no jogo e na aprendizagem (Saunders et al., 2015).

A *Não-Intrusividade* constitui uma outra forma de permitir o desenvolvimento da autonomia através da disponibilidade emocional, em que o adulto segue a liderança da criança/do adolescente na descoberta e exploração da situação, evitando interferir (Biringen, 2008). Foca-se na ausência de comportamentos como a sobreproteção, sobre estimulação e interferência. Situações de menor qualidade pode consistir na infantilização da criança/do adolescente, na negação de oportunidade para experimentar algo para a qual

esta/este se sente capaz. Em suma, refere-se à mentoria, à orientação e ao empoderamento que visa a autonomia (Biringen et al., 2014).

A *Não-Hostilidade* diz respeito à exibição/ausência de comportamentos hostis por parte do cuidador, que podem, ou não, ser dirigidos à criança. Consiste na capacidade do indivíduo para controlar a manifestação de emoções negativas dirigidos à criança/ao adolescente ou a outros (Saunders et al., 2015, 2017). Pode assumir duas formas distintas: (1) hostilidade encoberta, manifestada através de sinais subtis de raiva, frustração e aborrecimento (e.g., impaciência, revirar de olhos, ligeira subida do tom de voz), e/ou (2) hostilidade aberta, que é expressa através de comentários negativos ou depreciativos, ameaças de separação ou violência física (Biringen, 2008; Saunders et al., 2015).

No que se refere às dimensões observadas na criança/no adolescente em relação ao adulto, a *Responsividade da Criança* consiste na autorregulação eficaz das emoções e de interações, com o parceiro relacional, caracterizadas por disponibilidade, prazer e afeto (Biringen, 2008). Remete para o entusiasmo exibido pela criança/pelo adolescente ao responder às pistas do adulto. Envolve uma componente emocional e comportamental, reminescente dos comportamentos de base segura na sua forma ótima (Biringen & Easterbrooks, 2012).

Por último, o *Iniciativa da Criança* é a capacidade desta para envolver o cuidador/adulto nas suas atividades. Implica iniciativa e interesse da criança, em incluir, de forma positiva e apropriada, o parceiro na interação (Biringen & Easterbrooks, 2012; Saunders et al., 2017). Inclui a atenção que a criança/o adolescente presta ao adulto, como o envolve na sua atividade e como comunica com ele (Saunders et al., 2015).

As dimensões da EDE podem ser cotadas recorrendo a dois métodos diferentes. O primeiro método consiste na *Cotação Direta* com recurso a uma escala tipo *Likert* de 7 pontos, em que valores mais baixos significam menor disponibilidade emocional e os mais elevados indicam disponibilidade ótima. O segundo método é o de *Cotação da Soma das Subescalas* numa escala do tipo *Likert* de 29 pontos, em que são somados os valores obtidos em cada uma das subescalas (Almeida, 2017; Biringen et al., 2014; Saunders et al., 2015). Neste estudo foi utilizado o segundo método, através da cotação da soma de cada subescala (i.e., com o total máximo de 29 pontos), por ser mais completa e detalhada.

A utilização das EDE requer treino, teórico e prático, e certificação formal. O observador retira do ambiente interativo observado pistas que lhe permitem aferir a adequação dos comportamentos de disponibilidade emocional diádica. Exige

sensibilidade ao contexto e às pistas emocionais emitidas quer pelo adulto quer pela criança/pelo adolescente (Biringen et al., 2000).

No que se refere aos resultados de consistência interna obtidos no presente estudo, com exceção da *Não-Hostilidade* ($\alpha = .55$), todas as dimensões apresentaram uma consistência interna adequada. A DE total do pai ($\alpha = .78$); DE total da criança ($\alpha = .79$), *Sensibilidade* ($\alpha = .83$), *Estruturação* ($\alpha = .87$), *Não-Intrusividade* ($\alpha = .79$), *Responsividade* ($\alpha = .80$) e *Iniciativa* ($\alpha = .70$).

4.3.5. Questionário de Opinião Parental do Processo Adotivo- QOPPA

Foi solicitado aos participantes o preenchimento do Questionário de Opinião Parental do Processo Adotivo Individual (QOPPA VB), para as famílias biparentais, e o Questionário de Opinião Parental Acerca do Processo Adotivo, Versão Monoparental - QOPPA-VM, direcionado às famílias de tipologia monoparental (ver Almeida, 2017). Estes questionários têm como objetivo recolher informações sociodemográficas e acerca da percepção parental relativa ao processo de adoção. A versão utilizada neste estudo foi desenvolvida a partir da tradução e adaptação de Almeida (2017) da *Entrevista sobre el proceso de Adopción* (EPA) (Palacios et al., 1995).

A entrevista EPA original é semiestruturada e é composta por 212 perguntas que inclui diferentes tipos de resposta. É organizada por temas, que reúnem a informação considerada fulcral para compreender a multidimensionalidade do processo adotivo. Os temas incluídos na versão original são: (1) *Motivos e processo de tomada de decisão*; (2) *Relação com serviços de adoção*; (3) *Tempo de espera*; (4) *A chegada da criança*; (5) *Adaptação e desenvolvimento*; (6) *A criança na família*; (7) *A revelação*; (8) *Futuro e avaliação global* (Almeida, 2017).

No estudo de Almeida (2017) foram acrescentadas algumas questões à versão original (e.g., experiências dos pais adotivos antes da adoção) e excluídas outras (e.g., informações relativas à tomada de decisão acerca da adoção e ao subjacente processo formal jurídico).

4.4. Procedimentos de Recolha de Dados

No âmbito do projeto alargado de investigação (i.e., “*Ajustamento nas Famílias Adotivas*” - Departamento de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Algarve e Escola Superior de Educação de Lisboa) no qual o presente estudo se insere, foram efetuados os primeiros contactos entre a equipa de investigação e a Equipa de Adoção, Acolhimento Familiar e Apadrinhamento Civil do Centro Distrital de Faro da Segurança Social. Nesta fase embrionária foi apresentado e discutido detalhadamente o projeto de investigação com a equipa de Adoção e realizado um acordo de cooperação entre ambas as equipas. A equipa de Adoção contactou diretamente todas as famílias que adotaram na região do Algarve, apresentando os objetivos e o método subjacentes ao projeto de investigação. Após a anuência das famílias adotivas em participar e em ceder informações identificativas e respetivo contacto (80% das famílias), a equipa de investigação acedeu aos dados que lhes permitiu contactar estas famílias. A investigadora responsável pelo projeto contactou telefonicamente cada uma destas famílias explanando detalhadamente as características e os objetivos do projeto, respondendo a todas as dúvidas e questões colocadas, e confirmou o interesse e a disponibilidade dos pais para participarem. Tal como acordado com os pais adotivos que concordaram em participar no estudo, foram enviados os questionários pelo correio aos participantes.

Numa fase posterior procedeu-se à realização de visitas domiciliárias por parte dos investigadores. As visitas domiciliárias às famílias adotivas para a recolha de dados foram sempre efetuadas por 2 ou 3 investigadores do projeto. No decurso das visitas domiciliárias, facultou-se o consentimento informado do estudo para os pais assinarem e foram esclarecidas todas as dúvidas adicionais relativas à investigação. No âmbito das visitas domiciliárias foram recolhidos os questionários previamente preenchidos pelos pais (i.e., Questionário de Opinião Parental do Processo Adotivo – QOPPA; Escala de Vinculação do Adulto – EVA; Escala de Memórias de Infância – EMBU), bem como as gravações em vídeo de situações de interação pai¹-filho/a (i.e., cerca de 50-60 mn dependendo da idade das crianças/adolescentes), para posterior cotação com recurso à

¹ No âmbito do projeto foram também recolhidos dados de interação mãe-filho/a (explorados noutros estudos, e.g., Lara, 2022), embora no presente estudo apenas tenham sido explorados os dados pai-filho/a para que fosse possível uma análise mais centrada e intensa na especificidade desta relação parento-filial.

EDE. As situações referidas implicaram diferentes momentos: disponibilidade física limitada, atividade semiestruturada e atividade livre, situação de separação e situação de reunião, limpeza/arrumação e frustração/desafio.

De acordo com as sugestões dos investigadores, os participantes escolhiam um local da casa onde interagiam mais, de forma que as gravações fossem realizadas nesse local. Seguidamente era colocada a câmara com um tripé assegurando que a cara e o corpo da díade interativa estivessem bem visíveis para abranger as manifestações afetivas verbais e não-verbais (e.g., o olhar, as expressões faciais, os gestos, os movimentos físicos). As instruções fornecidas foram: “*Vou pedir-lhe para interagir com o(a) seu/sua filho(a) como normalmente faz*”. Após a gravação ser iniciada os investigadores afastavam-se para proporcionar a habitual privacidade à díade interativa. Foi utilizado um cronómetro para gerir os tempos dos episódios interativos captados em vídeo. A cotação dos vídeos foi realizada por dois investigadores independentes certificados no uso da EDE, para uma dupla codificação de 30% dos vídeos com vista a estabelecer o acordo interobservadores desejável.

5. Resultados

5.1. Análises preliminares e análises exploratórias prévias

A análise dos dados recolhidos foi maioritariamente efetuada com recurso ao *software* estatístico IBM SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) v27 (IBM SPSS, 2022). Numa fase inicial foi realizado um conjunto de análises exploratórias e descritivas com o objetivo de caraterizar a fidelidade e a normalidade das distribuições dos dados das diferentes variáveis em estudo (e.g., médias, desvios-padrão, mínimo e máximo, assimetria e curtose, identificação de *outliers* moderados ou extremos, distribuição gráfica das variáveis em análise, “*missing values*” e o *alpha* de *Cronbach*). Numa fase posterior foram realizadas as análises das associações entre as variáveis em estudo e as diferenças de médias (e.g., cálculo dos coeficientes de correlação momento produto de *Pearson*, Test *t* de *Student* e ANOVA; cálculo e interpretação da magnitude do efeito).

No final foram realizadas análises relativas aos efeitos de mediação utilizando o método *Process* de Hayes (2022).

Tabela 2.

Resultados descritivos das medidas dos estilos de vinculação do adulto, da percepção das práticas educativas experienciadas na infância pelos pais, das dimensões da Disponibilidade Emocional e das dimensões da Saúde mental.

	VT	Min-Máx.	M	DP	A	C	α
EVA total	1-5						
Ansiedade	1-5	1.00-4.00	1.94	.60	.64	1.48	.89
Conforto-Confiança	1-5	3.75-5.58	5.58	4.54	.37	0.66	.75
DE Criança	14-58	12-25.50	19.29	3.54	-.21	-0.76	.79
DE Pai	28-116	14.75-27.75	21.43	3.30	-.23	-0.98	.78
Sensibilidade Pai	7-29	12.0-27.0	20.07	4.17	-.18	-0.12	.83
Estruturação Pai	7-29	8.0-28.0	18.74	5.59	-.20	-1.05	.87
Não-Intrusividade Pai	7-29	10.0-29.0	21.14	4.05	-.81	0.620	.79
Não-Hostilidade Pai	7-29	17.0-29.0	25.76	2.74	-.95	1.10	.55
Responsividade Criança	7-29	9.0-27.0	20.10	4.38	-.58	-0.15	.80
Iniciativa Criança	7-29	13.0-25.0	18.48	3.34	.06	-1.03	.70
GHQ Total	1-4	1.21-2.21	1.44	.176	2.18	5.02	.82
Sintomas Somáticos (GHQ)	1-4	1.00-2.14	1.30	.218	1.90	5.02	.58
Ansiedade e Insónia (GHQ)	1-4	1.00-2.67	1.43	.378	1.30	2.14	.72
Disfunção Social (GHQ)	1-4	1.43-2.57	1.93	.210	-.41	2.36	.70
Depressão (GHQ)	1-4	1.00-2.29	1.06	.208	4.70	25.91	.84
Apoio Emocional Total (EMBU)	1-4	1.14-3.93	2.74	.575	-.37	0.74	.92
Sobreproteção Total (EMBU)	1-4	1.31-3.63	1.94	.402	1.88	6.12	.84
Rejeição Total (EMBU)	1-4	1.00-3.29	1.27	.369	3.72	18.21	.90

Notas. EVA = Escala de vinculação do Adulto; DE =Disponibilidade Emocional; GHQ = Questionário de Saúde Geral; EMBU = Memórias de Infância; VT = Valores das escalas; A = Assimetria; C = Curtose; α = Alfa de Cronbach

Os valores de assimetria e curtose encontram-se todos abaixo do limite recomendado por Curran et al. (1996), ou seja 2 e 7 respectivamente, com exceção da subescala EMBU Rejeição total. Desta forma, foi aplicada uma transformação *log-linear* (Tabachnik & Fidell, 2006) e a nova variável Rejeição Total ln apresenta indicadores aceitáveis ($M = .29$, $DP = .19$; assimetria = .98 e curtose = 2.22).

5.1.1 Associações entre a disponibilidade emocional, estilos de vinculação paternos, as memórias de práticas educativas parentais e a saúde mental paterna

5.1.2 Resultados de análises de correlação

As análises realizadas com o objetivo de determinar as associações entre os estilos de vinculação paternos, as práticas educativas vivenciadas na infância pelos pais adotivos, a saúde mental e as dimensões da DE diádica pai-filho/a, revelaram que existem associações estatisticamente significativas entre diferentes aspetos relacionais e de saúde nas famílias adotivas

Mais especificamente, os resultados revelaram que:

1. A dimensão Conforto-Confiança, relativa à vinculação paterna percebida, (EVA) encontra-se negativa e significativamente associada à DE Pai ($r = -.319$, $p = .037$), à Não-Hostilidade (dimensão DE) ($r = -.311$, $p = .042$) e à Iniciativa Criança. ($r = -.303$, $p = .048$), com efeitos de média magnitude (J. Cohen, 1992). Desta forma, no que se refere à vinculação nas suas relações de intimidade, verifica-se que os pais adotivos que reportam sentir maior à vontade com a proximidade e a intimidade na relação com outros, bem como uma menor desconfiança na disponibilidade dos outros em situações de necessidade, tendem a evidenciar uma menor disponibilidade emocional, uma menor não-hostilidade, com propensão para perder o autocontrolo sobre as suas emoções na interação diádica com os seus filhos adotivos. Adicionalmente estes pais com este tipo de conforto e confiança nas suas relações significativas tendem também a ter filhos adotivos que

revelam menor atenção para com eles, uma menor capacidade para os envolver de forma positiva e adequada nas suas atividades, revelando menos iniciativa e empenho na interação com os seus pais adotivos.³

2. A dimensão Sobreproteção Total, relativa às lembranças das práticas educativas parentais (EMBU) encontra-se negativa e significativamente associada, com um efeito de média magnitude, à Estruturação (DE) ($r = -.321, p = .036$). Os pais adotivos que reportam que na sua infância os seus pais tinham para consigo menos comportamentos de proteção excessiva, inflexibilidade nas regras impostas ou exigências académicas exageradas e menos controlo, tendem a exibir na interação com os seus filhos adotivos uma melhor monitorização, uma adequada imposição e gestão proativa de limites e regras perante comportamentos inadequados ou conflitos. Tendem também a promover nos filhos competências adaptativas reguladoras de comportamentos adequados, fomentando a autonomia, a exploração e a tomada de decisão.
3. A saúde mental e bem-estar psicológico reportado pelos pais adotivos (GHQ-28) está negativa e significativamente associada, com um efeito de média magnitude, à Estruturação (DE) ($r = -.347, p = .028$). Os pais adotivos que reportam uma maior saúde mental, bem-estar psicológico e cujas características de saúde são indicativas de menor probabilidade de stress psiquiátrico (i.e., resultados mais baixos) tendem a exibir uma estruturação mais adequada em interação com os seus filhos adotivos, monitorizando-os melhor, promovendo a sua exploração independente, a sua tomada de decisão e a sua autonomia e simultaneamente estabelecem regras e limites de forma mais positiva.

Adicionalmente, a presença de sintomas somáticos ($r = -.366, p = .20$) também se associou negativamente à estruturação (EDE), afetando deste modo a definição de regras, a adequação das estratégias utilizadas pelo pai na interação e na gestão dos comportamentos.

² O resultado do tamanho da magnitude do efeito foi interpretado de acordo com os critérios sugeridos por Cohen (1992), em que $r = .10$ é pequeno (associação fraca), $r = .30$ é médio (associação moderada) e $r = .50$ é grande (associação forte).

Por fim, é de realçar a ocorrência de associações positivas entre a dimensão Apoio Emocional total ($r = .438, p = .001$), materno ($r = .434, p = .002$) e paterno ($r = .418, p = .003$) (EMBU) a dimensão Conforto-Confiança (EVA). Assim, pais que relatam maior apoio emocional durante a infância tendem a manifestar maior conforto, proximidade e confiança na sua relação com a criança e com os outros.

Tabela 3. Correlações Bivariadas entre as características relacionais e de saúde mental dos pais adotivos e as dimensões da Disponibilidade Emocional diádica

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Ansiedade (EVA)	-	-.537** (n=50)	-.171 (n=50)	-.001 (n=50)	.034 (n=50)	.001 (n=47)	.182 (n=43)	.085 (n=43)	.216 (n=43)	.096 (n=43)	.059 (n=43)	.266 (n=43)	.047 (n=43)	.119 (n=43)
2. Conforto-Confiança (EVA)		-	.438** (n=50)	.035 (n=50)	-.116 (n=50)	-.047 (n=47)	-.319* (n=43)	-.247 (n=43)	-.293 (n=43)	-.230 (n=43)	-.210 (n=43)	-.311* (n=43)	-.169 (n=43)	-.303* (n=43)
3. Apoio Emocional total (EMBU)			-	-.090 (n=50)	-.530** (n=50)	-.032 (n=47)	-.082 (n=43)	-.176 (n=43)	-.041 (n=43)	-.006 (n=43)	-.134 (n=43)	-.123 (n=43)	-.111 (n=43)	-.228 (n=43)
4. Sobreproteção total (EMBU)				-	.658** (n=50)	.011 (n=47)	-.292 (n=43)	-.110 (n=43)	-.230 (n=43)	-.321* (n=43)	-.245 (n=43)	-.043 (n=43)	-.118 (n=43)	-.078 (n=43)
5. Rejeição total (EMBU)					-	-.066 (n=47)	-.029 (n=43)	.176 (n=43)	-.004 (n=43)	-.080 (n=43)	-.070 (n=43)	.133 (n=43)	.137 (n=43)	.194 (n=43)
6. GHQ total						-	-.089 (n=40)	-.070 (n=43)	-.092 (n=43)	-.347* (n=43)	.185 (n=43)	.134 (n=43)	-.110 (n=43)	-.004 (n=43)
7. DE Pais							-	.625** (n=43)	.940** (n=43)	.813** (n=43)	.661** (n=43)	.759** (n=43)	.620** (n=43)	.514** (n=43)
8. DE Criança								-	.699** (n=43)	.631** (n=43)	.088 (n=43)	.532** (n=43)	.938** (n=43)	.892** (n=43)
9. Sensibilidade (DE)									-	.789** (n=43)	.471** (n=43)	.708** (n=43)	.685** (n=43)	.585** (n=43)
10. Estruturação (DE)										-	.211 (n=43)	.368* (n=43)	.665** (n=43)	.468** (n=43)
11. Não-Intrusividade (DE)											-	.565** (n=43)	.065 (n=43)	.102 (n=43)
12. Não-Hostilidade (DE)												-	.494** (n=43)	.482** (n=43)
13. Responsividade Criança (DE)													-	.681** (n=43)
14. Iniciativa Criança (DE)														-

Nota. * $p < .05$; ** $p < .01$.; DE = Disponibilidade Emocional; EVA = Escala de Vinculação do Adulto; EMBU = Memórias de Infância ; GHQ = Questionário de Saúde Geral

5.1.3 Análises de Regressão e Mediação

5.1.4 Os Estilos de Vinculação paternos como preditores da Disponibilidade Emocional

Para determinar se a vinculação dos pais adotivos (ou seja, a Ansiedade e o Conforto-Confiança) assume a capacidade de prever de forma significativa a disponibilidade emocional destes com seus filhos adotivos, foi realizado um conjunto de regressões múltiplas. Pretendeu-se deste modo, verificar se as duas dimensões em questão eram, conjuntamente, preditores de cada uma das dimensões da DE, efetuando o controlo da idade da criança.

Os resultados obtidos, através do teste ANOVA, revelaram que nenhum dos modelos era significativo (todos os $p > .05$), o que evidencia que os modelos de regressão compostos pelas duas dimensões da EVA, em conjunto, não se encontram associados a uma parte da variância explicada.

Decidiu-se averiguar o papel preditor do Conforto-Confiança em cada uma das dimensões da disponibilidade emocional uma vez que as medidas de Ansiedade e de Conforto-Confiança podem ser consideradas como redundantes. A idade da criança em meses foi considerada nos modelos como fatores de controlo.

Os resultados revelam o Conforto-Confiança como preditor negativo da Sensibilidade (ver Tabela 4), $R = .35$, $R^2 = .12$, $R^2_{ajustado} = .7$, $F(2,40) = 2.81$, $p = .033$. Desta forma, os resultados evidenciam que maiores níveis de Conforto-Confiança dos pais adotivos nas suas relações significativas prediz uma menor sensibilidade exibida (e.g., menor responsividade física e emocional às pistas e indicações do(a) filho(a) e menor sincronia) na interação diádica com os seus filhos adotivos.

Este resultado indica que os pais que referem um maior grau desconfiança nos outros e na disponibilidade destes em momentos de necessidade, maior dificuldade em manter proximidade e intimidade nas relações, manifestam menor responsividade física e emocional às pistas e indicações que a criança sinaliza, mostrando-se menos sensíveis a estes, e menor sincronia na interação.

O Conforto-Confiança assume-se também como preditor negativo na dimensão da Não-Hostilidade $R = .31$, $R^2 = .10$, $R^2_{ajustado} = .5$, $F(2,40) = 2.25$, $p = .040$. (ver Tabela 5). Os resultados revelam que características vinculativas dos pais adotivos de maiores níveis de Conforto-Confiança nas suas relações intimidade prediz uma menor

Não-Hostilidade na interação com os filhos adotivos, ou seja, mais comportamentos hostis tais como impulsos agressivos, perda de controlo emocional, desarmonia e raiva, ou menor paciência são mais frequentes.

Tabela 4.

Análise de Regressão do Conforto-Confiança na Sensibilidade Diádica

	<i>B</i>	Erro	Beta	<i>t</i>	<i>p</i>	VIF
Constante	36.122	6.921		5.21	.000	
Conforto-Confiança	-3,316	1.413	-.336	-2.214	.033	1.04
Idade da criança (meses)	-.018	.014	-1.98	-1,304	.200	1.04

Tabela 5.

Análise da Regressão do Conforto-Confiança na Não-Hostilidade Diádica

	<i>B</i>	Erro	Beta	<i>t</i>	<i>p</i>	VIF
Constante	35.33	4.599		7.68	.000	
Conforto-Confiança	-2.018	.950	-.326	-2.124	.040	1.04
Idade da criança (meses)	-.004	.009	-.068	-.444	.660	1.04

Adicionalmente, procedeu-se à análise entre a Ansiedade e cada uma das dimensões da Disponibilidade Emocional. No entanto os resultados não evidenciaram a Ansiedade como preditora de nenhuma das dimensões da Disponibilidade Emocional diádica pais-filhos adotivos.

5.1.5 As Memórias de Práticas Educativas Parentais como preditores da Disponibilidade Emocional

Com objetivo de averiguar se a perceção das práticas educativas parentais recebidas na infância pelos pais adotivos (ou seja, o Apoio Emocional, Rejeição e a Sobreproteção) se assume como preditor das diferentes componentes da DE diádica em famílias adotivas, foi feito um conjunto de regressões múltiplas. Os resultados mostraram que nenhum dos modelos era significativo (todos $p > .05$), o que reflete que os resultados da regressão compostos pelas três dimensões totais da EMBU (i.e., relativos às lembranças das práticas parentais dos pais dos pais adotivos) não estão associados a uma parte da variância substancial.

Determinou-se pertinente explorar o papel individual de cada uma das dimensões da EMBU (memórias das práticas educativas dos pais adotivos na sua infância), ou seja, o Apoio Emocional, a Sobreproteção e a Rejeição sobre cada uma das dimensões da disponibilidade diádica.

Os resultados evidenciaram a Sobreproteção Total enquanto preditor negativo da Estruturação $R = .32$, $R^2 = .10$, R^2 ajustado = .6, $F(2,40) = 2.39$, $p = .045$. (ver Tabela 6). Estes resultados revelam que práticas educativas parentais, na infância dos pais adotivos, menos caracterizadas pela Sobreproteção (e.g., menos comportamentos de proteção excessiva dos seus pais, menos inflexibilidade nas regras impostas ou exigências académicas exageradas e menos controlo) predizem uma maior e mais adequada estruturação na interação dos pais adotivos com os seus filhos adotados (e.g., mais promoção da exploração e da autonomia, melhor monitorização, adequada imposição e gestão proativa de limites e regras perante comportamentos inadequados ou conflitos).

Tabela 6.

Análise de Regressão da Sobreproteção Total na Estruturação

	<i>B</i>	<i>Erro</i>	<i>Beta</i>	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>VIF</i>
Constante	27.60	4.147		6.65	.000	
Sobreproteção total	-4.169	2.016	-.312	-2.068	.045	1.02
Idade da criança (meses)	-.008	.018	-.063	-.420	.677	1.04

Análises adicionais foram realizadas relativamente às dimensões do EMBU dos pais e das mães dos pais adotivos. Os resultados revelaram que a Sobreproteção materna permite predizer negativamente a Disponibilidade Emocional total dos pais adotivos $R = .33$, $R^2 = .10$, R^2 ajustado = .064, $F(2,40) = 2.243$, $p = .037$ (ver tabela 7) e a Não-Intrusividade $R = .33$, $R^2 = .11$, R^2 ajustado = .07, $F(2,40) = 2.58$, $p = .030$ (ver tabela 8). Estes resultados revelam práticas educativas parentais na infância dos pais adotivos que são mais caracterizadas pela Sobreproteção da mãe (e.g., comportamentos de proteção excessiva dos seus pais, intromissão, padrões e expectativas elevadas de desempenho em várias áreas, inflexibilidade nas regras impostas ou exigências académicas exageradas e muito controlo) predizem uma menor Disponibilidade Emocional dos pais adotivos quando em interação com os seus filhos adotados.

Tabela 7.*Análise de Regressão da Sobreproteção da Mãe na Disponibilidade Emocional Paterna*

	<i>B</i>	Erro	Beta	<i>t</i>	<i>p</i>	VIF
Constante	26.832	2.534		10.58	.000	
Sobreproteção Mãe	-2.458	1.140	-.323	-2.157	.037	1.007
Idade da criança (meses)	-.003	.011	-.045	-.301	.765	1.007

Tabela 8.*Análise de Regressão da Sobreproteção da Mãe na Não-Intrusividade paterna*

	<i>B</i>	Erro	Beta	<i>t</i>	<i>p</i>	VIF
Constante	27.099	3.093		8.763	.000	
Sobreproteção Mãe	-3.135	1.391	-.337	-2.254	.030	1.007
Idade da criança (meses)	-.006	.013	-.070	.471	.640	1.007

Tabela 9.*Análise de Regressão da Sobreproteção da Mãe na Disponibilidade Emocional Paterna*

	<i>B</i>	Erro	Beta	<i>t</i>	<i>p</i>	VIF
Constante	26.832	2.534		10.58	.000	
Sobreproteção Mãe	-2.458	1.140	-.323	-2.157	.037	1.007
Idade da criança (meses)	-.003	.011	-.045	-.301	.765	1.007

Tabela 10.*Análise de Regressão da Sobreproteção da Mãe na Não-Intrusividade paterna*

	<i>B</i>	Erro	Beta	<i>t</i>	<i>p</i>	VIF
Constante	27.099	3.093		8.763	.000	
Sobreproteção Mãe	-3.135	1.391	-.337	-2.254	.030	1.007
Idade da criança (meses)	-.006	.013	-.070	.471	.640	1.007

5.1.6. A Saúde Mental e o Bem-estar geral enquanto preditores da Disponibilidade Emocional

Com o propósito de determinar a aptidão da saúde mental e bem-estar psicológico paterno para prever as várias dimensões da disponibilidade emocional das famílias adotivas em interações diádicas pais-filhos, procedeu-se à realização de um bloco de regressões múltiplas. Os resultados obtidos, através do teste ANOVA, não revelaram

significância para nenhum dos modelos inseridos (todos os $p > .05$), o que pode indicar que estes não estão associados a uma parte da variância.

Assim, considerou-se pertinente proceder a uma análise do papel de cada uma das dimensões da saúde mental (i.e., *Sintomas Somáticos, Ansiedade e Insônia, Disfunção Social e Depressão Grave*) sobre cada uma das dimensões da disponibilidade emocional.

Os resultados evidenciam que a Saúde Mental geral (ver tabela 8), $R = .35$, $R^2 = .12$, R ajustado = $.078$ $F(2,39) = 2.65$, $p = .031$, prediz negativamente a Estruturação.

A análise dos resultados, permitiu ainda revelar que Estruturação é ainda predita negativamente pela dimensão Sintomas Somáticos, (ver Tabela 9), $R = .39$, $R^2 = .15$, R ajustado = $.10$; $F(2, 37) = 3.33$, $p = .016$.

Estes resultados demonstram a capacidade da Saúde Mental geral, e em particular os Sintomas Somáticos de predizer negativamente a Estruturação paterna. Os pais que relatam mal-estar psicológico geral e sintomatologia somática, como dores de cabeça, letargia, necessidade de recorrer a tónicos ou ocorrência de doença, no cômputo geral, exibem pior capacidade de providenciar estruturação na interação com os filhos. Ou seja, fornecem pior suporte e estrutura durante o jogo, menos oportunidades de aprendizagem, com menores níveis de sofisticação, limitando a autonomia, reduzida capacidade de definir regras com clareza e menor proatividade na gestão de conflitos.

Adicionalmente, nenhuma das restantes dimensões que compõem a Saúde Mental assumiram potencial preditor de nenhuma das subescalas da Disponibilidade Emocional.

Considera-se assim, que a hipótese predeterminada que quanto maior a saúde mental global dos pais adotivos maior a disponibilidade emocional diádica pais-filhos, está parcialmente confirmada. Visto que a Saúde Mental Geral e os Sintomas Somáticos são ambos preditores da dimensão Estruturação da disponibilidade emocional diádica.

Tabela 11. *Análise de Regressão da Saúde Mental Geral na Estruturação paterna*

	<i>B</i>	Erro	Beta	<i>t</i>	<i>p</i>	VIF
Constante	<i>35.030</i>	<i>7.164</i>		<i>4.889</i>	<i>.000</i>	
Estruturação	<i>-10.591</i>	<i>4.737</i>	<i>-.344</i>	<i>-2.236</i>	<i>.031</i>	<i>1.002</i>
Idade Cr. Meses	<i>-.010</i>	<i>.022</i>	<i>-.071</i>	<i>-.459</i>	<i>.998</i>	<i>1.002</i>

Tabela 12.*Análise de Regressão dos Sintomas Somáticos na Estruturação paterna*

	<i>B</i>	Erro	Beta	<i>t</i>	<i>p</i>	VIF
Constante	35.030	7.164		4.889	.000	
Estruturação	-9.446	3.750	-.385	-2.519	.016	1.019
Idade Cr. Meses	-.020	.022	-.138	-.902	.373	1.019

5.1.6. Análises de mediação da percepção paterna de apoio emocional na infância na estruturação através do Conforto-Confiança

Julgou-se relevante explorar se a Sobreproteção (EMBU) teria um efeito indireto na Estruturação através da dimensão Conforto-Confiança (EVA). O estilo de vinculação parental pode revestir-se da ação das práticas educativas parentais vivenciadas na infância dos pais, e influir na forma como o indivíduo se relaciona com os outros e com o próprio (Rodrigues et al., 2004b). Às particularidades da vinculação parental deve-se acrescentar a associação das características próprias resultantes da interação da disponibilidade emocional diádica (Biringen et al., 2005).

Para melhor compreender este aspeto, foi implementada uma análise de mediação simples, através da utilização do *Process* (Hayes, 2022) com o método *bootstrap* de 5000 amostras e intervalo de confiança de 95%, para testar a relação entre a Sobreproteção (EMBU), a Saúde Mental (GHQ) e a Estruturação (DE).

Os resultados indicam que a Sobreproteção (EMBU) tem um efeito total ($b = -7.47$; $p = .030$) mas não um efeito direto ($b = -6.85$; $p = .034$). Contudo foi possível observar um efeito indireto significativo na Estruturação através da Saúde Mental total (Effect = -10.95; bootSE = 4.34; 95% boot CI (-19.33; -1.60)). Assim, existem indicações que sugerem:

- (1) a Sobreproteção (EMBU) é um preditor significativo da Saúde Mental (GHQ),
- (2) a Sobreproteção (EMBU) e a Saúde Mental são ambos preditores diretos significativos da Estruturação (DE);
- (3) a Sobreproteção (EMBU) tem um efeito indireto negativo e significativo na Estruturação através da Saúde Mental (GHQ).

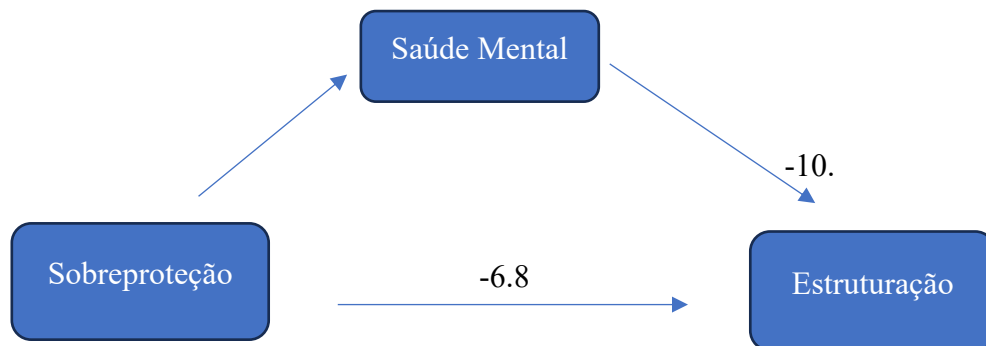
Tabela 12.

Análise de mediação da Sobreproteção na infância na Estruturação exibida com filho através da Saúde Mental paterna.

	Saúde Mental (M1)			Estruturação (Y)		
	Coeff	SE	p	Coeff	SE	p
Antecedente Sobreproteção - EMBU (X)	a1 -6.85	3.09	.034	a2 -7.47	3.29	.030
Saúde Mental (GHQ)	-	-	-	-10.95	4.48	.020

Figura 2.

Modelo de mediação entre a Sobreproteção Emocional parental percebida na infância, a Saúde Mental paterna e a Estruturação na interação diádica pai-filho.



6. Discussão

No presente estudo foram determinados como objetivos: averiguar se a vinculação (i.e., ansiedade, conforto, proximidade e confiança) dos pais adotivos é um preditor significativo da disponibilidade emocional diádica entre pais e filhos adotivos; examinar se as práticas educativas parentais percebidas (i.e., dos seus pais em relação a si próprios na infância) se assumem como um preditor significativo da disponibilidade emocional diádica entre pais e filhos adotivos; averiguar se a saúde mental global da figura paterna constitui um preditor significativo da disponibilidade emocional diádica entre estes e os filhos adotivos. O princípio orientador foi o de averiguar a relação entre a vinculação paterna, as memórias de práticas educativas parentais e a disponibilidade emocional dos pais (homens) adotivos com seus filhos.

Após a realização da pesquisa e análise da literatura científica foram identificadas algumas lacunas no conhecimento existente neste campo de estudo que a presente investigação espera contribuir para colmatar. Pretende-se auxiliar na promoção da compreensão da DE em famílias adotivas, em especial no que concerne à interação diádica pai-filho/a, mas também expandir o conhecimento acerca do papel que as memórias de práticas educativas recebidas na infância e as características vinculativas atuais dos pais adotivos podem desempenhar na qualidade da relação emocional parento-filial.

6.1 *A vinculação e a disponibilidade emocional na paternidade adotiva*

A disponibilidade emocional e a vinculação partilham um profundo elo, alicerçado no enfãse comum atribuída à sensibilidade parental (Biringen & Easterbrooks, 2012). A qualidade do elo, entre a criança e o seu cuidador, é influenciada pela sensibilidade deste às pistas e indicações que a criança comunica, na resposta adequada e atempada mas também na responsividade da criança aos sinais e iniciativa do cuidador (Cassibba et al., 2011). A interação diária e o cuidado sensível e responsável desempenham um papel fundamental em aspetos centrais ao desenvolvimento da criança, como a formação e fortalecimento de redes neuronais associadas à vinculação segura (Provenzi et al., 2024).

O presente estudo tinha como objetivo determinar se a vinculação (i.e., ansiedade, conforto, proximidade e confiança) dos pais adotivos é um preditor significativo da disponibilidade emocional diádica (i.e., sensibilidade, estruturação, não-intrusividade, não-hostilidade, responsividade da criança e envolvimento da criança) entre pais e filhos. Avançou-se como hipótese que quanto maior o conforto, a proximidade e a confiança exibida pelos pais adotivos maior seria a disponibilidade emocional diádica pais-filhos (H1). Também que quanto menor a ansiedade exibida pelos pais adotivos maior seria a disponibilidade emocional diádica pais-filhos (H2).

Os resultados revelaram que os pais adotivos que reportam sentir **maior à vontade com a proximidade e a intimidade** na relação com outros, bem como uma **menor desconfiança na disponibilidade dos outros em situações de necessidade**, tendem a evidenciar uma **menor disponibilidade emocional**, uma **menor não-hostilidade**, com propensão para perder o autocontrole sobre as suas emoções na interação diádica com os seus filhos adotivos.

Estes resultados do presente estudo são reforçados pelo poder preditivo que os maiores níveis de **Conforto-Confiança** dos pais adotivos nas suas relações significativas têm na menor **sensibilidade exibida** (e.g., menor responsividade física e emocional às pistas e indicações do(a) filho(a) e menor sincronia) na interação diádica com os seus filhos adotivos.

O mesmo perfil de resultados foi evidenciado no que se refere à Não-Hostilidade, dimensão da disponibilidade emocional diádica. Mais especificamente, níveis de **Conforto-Confiança** dos pais adotivos nas suas relações significativas assumiram-se como um importante preditor da **Não-Hostilidade** na interação com os filhos adotivos, ou seja, pais com mais segurança na vinculação exibiam mais comportamentos hostis tais como impulsos agressivos, perda de controlo emocional, desarmonia e raiva, ou menor paciência.

Estes resultados inesperados revelam uma tendência não contemplada no presente estudo, sendo infirmada a hipótese previamente considerada (i.e., H1: quanto maior o conforto, a proximidade e a confiança exibida pelos pais adotivos maior a disponibilidade

emocional diádica pais-filhos). Estes resultados apelam à reflexão acerca de hipóteses justificativas para esta tendência surpreendente.

Mais interessante estes resultados se tornam se considerarmos que a tendência inversa foi observada nestas mesmas famílias adotivas, mas contemplando as relações mães adotivas filhos adotados (ver Tubal, 2022). No estudo realizado por Tubal (2022), com estas mesmas crianças e as suas mães, adotivas, companheiras dos pais considerados no presente estudo, evidenciou-se que as mães adotivas que, vinculativamente, exibem mais conforto na proximidade e intimidade, e mais confiança na disponibilidade dos outros tendem a exibir também mais comportamentos adequados de Estruturação com os filhos (i.e., uma dimensão da DE). O conforto-confiança vinculativa evidenciou-se como preditora da estruturação da aprendizagem e do jogo da criança por parte das mães adotivas (Tubal, 2022).

Então importa refletir acerca do porquê deste resultado tão “contraintuitivo” dos pais adotivos com os seus filhos.

Será que os pais adotivos com um perfil mais seguro de vinculação têm expectativas superiores em relação a um conjunto de atitudes e comportamentos nos filhos que se vê gorada na realidade em algumas famílias adotivas, refletindo-se na disponibilidade emocional parento-filial observada?

A literatura científica é profícua em resultados de investigação que revelam que crianças/jovens adotados podem trazer na sua bagagem experiencial vinculações inseguras e alguns comportamentos menos adequados. Será que esta é a realidade das crianças/jovens dos nossos participantes, implicando uma discrepância relevante entre o perfil dos pais e dos filhos levando os pais a terem menos disponibilidade emocional em relação aos seus filhos?

Outro aspeto importante e digno de destaque é que os resultados da presente investigação evidenciaram que os pais adotivos com este tipo de conforto e confiança nas suas relações significativas tendem também a ter filhos adotivos que revelam uma menor disponibilidade emocional para com eles, ou seja, uma menor atenção para com eles, uma menor capacidade para os envolver de forma positiva e adequada nas suas atividades, revelando menos iniciativa e empenho na interação com os seus pais adotivos. Sabemos

que as interações se influenciam de forma recíproca ou bilateralmente, por isso questiona-se se os pais adotivos que reportam ter mais confiança nas suas relações significativas têm mais elevadas expectativas relacionais que não são cumpridas porque os seus filhos adotivos revelam uma menor disponibilidade emocional para com eles. Inversamente também pode fazer sentido que os filhos adotivos ao sentirem que os pais revelam comportamentos de menor disponibilidade emocional para com eles também tendam a manifestar uma disponibilidade emocional para com eles de menor qualidade.

Adicionalmente também importa realçar, no sentido de melhor tentar compreender esta tendência, que no decurso do processo de recolha de dados, nas conversas informais dos investigadores com as famílias adotivas, muitos pais relataram ter sentido muito mais dificuldades em estabelecer relação com os seus filhos comparativamente às suas companheiras, as mães adotivas, na medida em que sentiam que os filhos os rejeitavam muito claramente. Os pais referiam que pensaram que uma explicação para esta relação diferencial das crianças para com ambos os pais adotivos (i.e., mãe e pai), se devia ao facto das crianças nas instituições de acolhimento temporário, onde por vezes permanecem vários anos, não terem contactos regulares e duradouros com pessoas do sexo masculino na medida em que estes não fazem parte dos profissionais e funcionários destas instituições. Parece fazer sentido, em estudos futuros explorar estas questões e possibilidades.

De facto, o presente estudo não responde a muitas destas questões aqui descritas, mas pode fazer sentido explorar estas possibilidades em futuras investigações.

6.2 As memórias das práticas educativas parentais e a disponibilidade emocional paterna com filhos adotivos

Um dos objetivos do presente estudo era o de examinar se as práticas educativas parentais percebidas (i.e., suporte emocional, rejeição e sobreproteção), dos seus pais em relação a si próprios na infância, se assumiam como um preditor significativo da disponibilidade emocional diádica entre pais e filhos adotivos. Hipotetizava-se que quanto maior o apoio emocional percebido, nas práticas educativas parentais recordadas relativamente à infância, maior a disponibilidade emocional diádica pais-filhos (H3).

Adicionalmente foi também considerado que quanto menor a rejeição e a sobreproteção percebidas, nas práticas educativas parentais na infância, maior a disponibilidade emocional diádica pais-filhos (H4).

Os resultados revelaram que os pais adotivos que reportam que na sua infância os seus pais tinham para consigo **menos comportamentos de proteção excessiva** (e.g., menor inflexibilidade nas regras impostas ou exigências académicas exageradas e menos controlo), tendem a exibir na interação com os seus filhos adotivos **uma melhor estruturação – monitorização** (e.g., uma adequada imposição e gestão proativa de limites e regras perante comportamentos inadequados ou conflitos).

Este padrão de associação entre estes aspetos relacionais foi reforçado pelos resultados preditivos que revelaram que práticas educativas parentais, na infância dos pais adotivos, menos caracterizadas pela Sobreproteção predizem uma maior e mais adequada estruturação na interação dos pais adotivos com os seus filhos adotados. Desta forma, a H4 foi parcialmente confirmada reforçando o impacto transgeracional da sobreproteção enquanto prática educativa parental na forma como se monitoriza e gere (estruturação, dimensão da disponibilidade emocional) o comportamento dos filhos nas díades adotivas.

Adicionalmente, como inicialmente previsto, os resultados indicativos do poder de predição da sobreproteção materna na disponibilidade emocional dos pais adotivos com os seus filhos reforça a confirmação da hipótese 4 previamente delineada.

Estes resultados realçam a relevância de os profissionais que trabalham na área da adoção considerarem o potencial impacto da sobreproteção como práticas educativas parentais na história de vida dos pais adotivos. Desta forma, seria importante que conseguissem avaliar, identificando pais com este perfil de sobreproteção na sua vida, e nestes casos intervir no sentido de promover competências parentais adotivas de uma melhor e mais adequada estruturação com os seus filhos. Estes pais podem necessitar de uma ajuda adicional no sentido de melhor conseguirem providenciar suporte à aprendizagem e à exploração, de forma adequada e sem asoberbar a criança/o jovem, na definição e implementação clara e adequada de limites e regras que enquadrem a interação, na consistência dos comportamentos e pistas que transmite à criança definir e implementar regras e limites adequados para os seus filhos, bem como saberem como promover a autonomização, o sentido crítico e tomada de decisão dos seus filhos adotivos.

Considerando a literatura prévia acerca da associação entre estes aspetos relacionais, já tinha sido indicado que o envolvimento excessivo, característico da sobreproteção, por parte dos pais nas atividades da criança, fruto do desejo de garantir a segurança e o bem-estar, influencia a autoeficácia e a autoconfiança (Arslan et al., 2023).

Existem evidências que suportam a ideia de que um forte preditor do comportamento parental futuro reside no comportamento dos seus pais em relação a si próprios, em particular o comportamento materno (Lomanowska et al., 2015). As primeiras experiências de rejeição, responsividade ou a ambivalência com a geração anterior, contribuem e influenciam o grau de responsividade futuro (van Ijzendoorn, 1992).

Os resultados obtidos vão ao encontro das evidências de estudos prévios. A experiência de controlo materno na infância, os elevados padrões de exigência e comportamento esperados, concessão de limitada autonomia nesta fase parece determinar, por um lado, a menor disponibilidade emocional paterna em geral, e limitar a capacidade de controlar e gerir comportamento intrusivo, interromper a criança, conceder espaço e oportunidades de explorar e fomentar a independência.

O trabalho desenvolvido por Madden et al. (2015), encontrou evidências que sustentam a hipótese da transmissão intergeracional dos comportamentos de educação e parentalidade. Em particular a relação entre a vivência de maior controlo materno na infância e o menor envolvimento exibido posteriormente na relação do adulto enquanto pai. As atitudes e práticas parentais negativas, como a tentativa de controlo, as exigências e ameaças, a hostilidade e a negação, de acordo Neppel et al. (2009), são transmitidas de uma geração para a seguinte. Os pais que experienciaram maior controlo na infância apresentam uma maior probabilidade de reproduzir comportamentos semelhantes com a geração seguinte (Azhari et al., 2020; Kerr et al., 2009). Bernadi et al. (2006) relatam a tendência entre as figuras parentais masculinas para recorrerem a um estilo mais autoritário, marcado por tentativas de controlo e avaliação do comportamento dos filhos segundo padrões absolutos. Este, conjuntamente com práticas negativas, como a punição inadequada ou a inconsistência do comportamento parental são transmitidos de uma geração para a seguinte.

Esta relação entre a Sobreproteção materna e a Intrusividade, é especialmente relevante, se for tido em conta as características que estas partilham, bem como o papel que desempenham no desenvolvimento da exploração autónoma e na aprendizagem de estratégias para lidar com a frustração decorrente de situações desafiantes. A intromissão e interrupção da atividade da criança, reflexo do comportamento intrusivo, pode não só prejudicar a desenvolvimento das competências emocionais, mas pode também contribuir para a promoção de estratégias desadequadas de exploração e dependência do cuidador face à frustração (Paulus & Kammermeier, 2022).

Ao considerar os dados aqui apresentados, é possível afirmar a ocorrência de transmissão intergeracional de práticas, atitudes e valores educativos, fenómeno amplamente descrito na literatura (Conger et al., 2003; Kerr et al., 2009; Lundberg et al., 2000; Ricks, 1985; van Ijzendoorn, 1992). Deste modo, os comportamentos exibidos na parentalidade são, pelo menos em parte, determinados pela experiência prévia do indivíduo com os seus pais na infância, consistindo na reprodução de um modelo aprendido (Weber et al., 2006).

Os resultados das análises efetuados infirmaram a Hipótese 3, inicialmente delineada (i.e., quanto maior o apoio emocional percebido, nas práticas educativas parentais recordadas relativamente à infância, maior a disponibilidade emocional diádica pais-filhos).

Não obstante a sua relevância, até a data, existem poucas investigações que tenham explorado a relação entre a Disponibilidade Emocional e as Práticas Educativas parentais. Contudo, as poucas evidências existentes e aqui referidas possibilitam a afirmação da existência de associações relevantes entre alguns dos elementos que compõem a Disponibilidade Emocional e os aspetos que consubstanciam as práticas e comportamentos dos pais dirigidos a educação e socialização dos filhos.

6.3 A saúde mental e a disponibilidade emocional

A importância da saúde mental e do bem-estar psicológico tem vindo a ser, cada vez mais, destacado nas últimas décadas. As repercussões de problemas de saúde mental estão bem documentadas, e o seu impacto, direto e indireto, estende-se a vários domínios,

nomeadamente na qualidade das relações e do elo emocional entre pais e filhos (Gregoire & Manning, 2009).

O presente estudo também procurou averiguar se a saúde mental global e bem-estar psicológico dos pais adotivos constitui um preditor significativo da disponibilidade emocional diádica entre pais e filhos adotivos. Hipotetizava-se que quanto maior a saúde mental global dos pais adotivos maior a disponibilidade emocional diádica pais-filhos (H5).

Os resultados obtidos salientaram que os pais adotivos que reportam uma **maior saúde mental, bem-estar psicológico** e cujas características de saúde são indicativas de menor probabilidade de stress psiquiátrico tendiam a exibir uma **estruturação mais adequada** em interação com os seus filhos adotivos, monitorizando-os melhor, promovendo a sua exploração independente, a sua tomada de decisão e a sua autonomia e simultaneamente estabelecendo regras e limites de forma mais pró-ativa e positiva.

No mesmo sentido, pais adotivos que reportavam **menos sintomas somáticos** exibiam melhores competências de **estruturação** na sua disponibilidade emocional.

Coerentemente, os resultados evidenciaram o **poder preditivo da saúde mental e bem-estar psicológico**, bem como dos **sintomas somáticos paternos** na **estruturação** na interação com os filhos adotivos. Desta forma, os pais que relatam mal-estar psicológico geral e sintomatologia somática, como dores de cabeça, letargia, necessidade de recorrer a medicação ou ocorrência de doença, exibem pior capacidade de providenciar estruturação na interação com os filhos. Ou seja, fornecem pior suporte e estrutura durante o jogo, menos oportunidades de aprendizagem, com menores níveis de sofisticação, limitando a autonomia, reduzida capacidade de definir regras com clareza e menor proatividade na gestão de conflitos. O que parece fazer sentido uma vez que os pais com esta sintomatologia provavelmente encontram-se menos munidos de energia e da tranquilidade suficientes no sentido do melhor investimento na estruturação das atividades e dos comportamentos dos filhos.

Estes resultados permitem-nos confirmar, pelos menos parcialmente, a hipótese inicialmente considerada (H5) de que uma melhor saúde mental e bem-estar psicológico dos pais adotivos predizem uma melhor disponibilidade emocional parento-filial, pelo

menos no que diz respeito à dimensão específica da estruturação. Estes resultados apurados na presente investigação são coerentes com resultados de investigação prévia.

A literatura existente incide sobretudo nos aspetos da relação entre a saúde mental materna e a disponibilidade emocional, existindo uma quase ausência de informação relativa à figura paterna (Parfitt et al., 2013). Assumindo-se assim, o estudo dos pais adotivos na relação com os seus filhos adotados uma das grandes mais-valias do presente estudo.

Corroborando o padrão de resultados apurados na presente investigação, o impacto da depressão na disponibilidade emocional foi reportada por Biesecker et al. (2000), nomeadamente ao nível da estruturação e da sensibilidade.

Semelhantemente, resultados do estudo conduzido por Licata et al. (2016), evidenciam a relação entre a depressão e a menor sensibilidade pelos pais. A sensibilidade e o calor emocional nos cuidados e na interação, servem de base ao desenvolvimento de sentido de *self* por parte da criança, da autoestima e contribuem para a regulação emocional da mesma. Constituem deste modo, o fundamento de uma vinculação segura. A redução na sensibilidade durante a interação pode potenciar a formação de padrões de vinculação inseguros e dificuldades no estabelecimento de relações futuras (Gregoire & Manning, 2009).

Parece relevante mencionar sumariamente os resultados de estudos que procuraram compreender melhor a relação entre a saúde mental e a disponibilidade emocional, e que envolveram amostras compostas por mães. Em geral os resultados indicam que são as dimensões da sensibilidade, não-hostilidade e a não-intrusividade as que mais prejuízos apresentam resultantes de questões relacionadas com a saúde mental (Aran et al., 2021a; Aran et al., 2021b; Attar et al., 2015, 2018; Frigerio et al., 2019; Licata et al., 2016; McMahon et al., 2008). O comprometimento na estruturação surge como resultado de dificuldades de regulação emocional (Cole et al., 2012). O pior desempenho por parte dos pais na promoção da estruturação na interação resultante de mal-estar físico e psicológico encontrado pode significar que as questões relacionadas com a saúde mental afetam, de maneira distinta, a habilidade materna e paterna de estarem disponíveis emocionalmente para os seus filhos. Refletindo assim as diferenças existentes entre pais e mães no estilo e forma como interagem com os filhos (Azhari et al., 2020) mas também no que concerne

a disponibilidade emocional, como refere o estudo de Bergmann et al. (2012), que descreve os pais como menos eficazes na estruturação e na sensibilidade, mas também na forma como estruturam as atividades (Azhari et al., 2020).

O estudo de Lovas (2005), comparou os padrões de disponibilidade emocional de pais e mães e dos respetivos filhos e filhas, indicando as interações entre pai-filho as que apresentam os indicadores mais baixos, em particular ao nível da estruturação da disponibilidade emocional. Esta tendência consequentemente conduz a um padrão inconsistente de interação. A explicação avançada pelos autores coloca o ênfase na sensibilidade paterna, em geral, menos ótima que a materna. A menor sensibilidade às pistas e necessidades da criança pode implicar dessincronia entre a díade, e impedir o reconhecimento ou a identificação adequada, por parte do pai, da necessidade de estruturação. Enquanto dimensão em que os pais são menos eficientes, é possível talvez afirmar que será a que mais prejuízo pode sofrer, como resultado de limitações causadas por questões com a saúde mental.

Os resultados apurados no presente estudo relativos à relação entre a saúde mental, o bem-estar psicológico dos pais adotivos e a estruturação permitem-nos refletir acerca da importância de os profissionais que trabalham na área da adoção valorizarem e considerarem o potencial impacto da saúde mental, do bem-estar psicológico e dos sintomas somáticos dos pais adotivos na capacidade de estruturação destes com os seus filhos. Assim, seria relevante uma avaliação cuidadosa da saúde mental dos candidatos à adoção e pais adotivos e de, perante a identificação de perfis mais preocupantes a este nível, ser implementada uma intervenção não só promotora de saúde mental e bem-estar psicológico parental, mas também de competências específicas ao nível da estruturação na interação com os filhos. Estes pais podem beneficiar de uma intervenção centrada na promoção de algumas competências específicas (e.g., definição e implementação de regras e limites adequados para os seus filhos, saber como melhor promover a exploração, a autonomização e o sentido crítico). Importa também realçar não só um investimento profissional a um nível remediativo, mas também em intervenções de primeira linha, de natureza sobretudo preventiva.

7. Considerações Finais

Os resultados obtidos neste estudo revelam aspetos e tendências importantes que parecem corroborar a influência que os padrões de vinculação dos pais adotivos, as memórias das práticas educativas recebidas na infância, e ainda a saúde mental exercem sobre a disponibilidade emocional na relação diádica com os filhos adotivos. É possível assim afirmar, que estes contribuem para predizer a disponibilidade emocional.

Importa referir que este estudo apresenta algumas limitações, sendo que se impõem a necessidade de as referir.

A dimensão e a origem da amostra, constituem a primeira limitação. Participaram no estudo 54 díades pai adotivo-filho(a) adotivo(a), todos residentes da região algarvia, o que pode implicar a generalização dos resultados no sentido de caracterizar a realidade a nível nacional (e obviamente internacional). A extensão dos dados necessários, a morosidade do processo de recolha e de análise dos dados, e a disponibilidade dos investigadores e das famílias envolvidas, impossibilitou a inclusão de participantes de outras regiões do país.

A utilização de instrumentos de autorrelato, como o EVA e EMBU, constituem a segunda limitação. Pese embora, estes cumpram o seu propósito na obtenção da informação acerca da vinculação e das práticas educativas, pode ocorrer viés, assente na vontade dos pais, de veicular informação que corresponda menos à realidade efetiva e mais a desejabilidade social e cultural.

Por último, a escolha de desenho de tipo transversal, embora do ponto de vista logístico mais viável, impôs limitações à análise de diferenças temporais em alguns dos aspetos abordados.

Entre os aspetos positivos e mais valias da presente investigação, destacam-se a oportunidade de observar diretamente as interações entre pais-filhos, num ambiente natural, que contribui assim para a validade ecológica do estudo.

Por outro lado, a transgeracionalidade de padrões de vinculação e de práticas educativas, incluídos no âmbito do estudo, evidentes nos resultados obtidos, demonstram a importância da continuidade, positiva e negativa destes, e a sua relevância para as relações paterno-filiais na parentalidade adotiva.

Torna-se deste modo evidente o contributo da presente investigação para a atualização e promoção da literatura acerca da vinculação, transgeracionalidade das práticas educativas e da disponibilidade emocional, e da relação entre estes três construtos, particularmente no âmbito das relações nas famílias adotivas.

Por último, mas não menos relevante, o facto de a amostra ser constituído por homens, estabelece um fator importante para a melhor compreensão dos aspetos únicos que integram a paternidade.

Do ponto de vista teórico, a compreensão da relação entre a perceção das práticas educativas parentais vivenciadas nos primeiros anos de vida e na adolescência, e o seu impacto na vinculação na idade adulta vê-se incrementado. O conhecimento acerca da influência destas práticas no desenvolvimento de modelos de parentalidade encontra-se também reforçado. Salienta-se a importância da saúde mental para a qualidade da relação e da interação, nomeadamente ao nível da estruturação.

Realça-se o interesse em investir na capacitação e no desenvolvimento formativo dos técnicos e profissionais que integram as equipas de adoção. O valor e o impacto que os aspetos abordados neste estudo têm para prever a disponibilidade emocional dos pais adotivos justificam a relevância para a sua inclusão no conjunto de competências a desenvolver pelas equipas que atuam na área da adoção. Considerando uma perspectiva prática seria relevante um investimento dos profissionais da área da adoção em diversos sentidos:

- (1) Conhecer e compreender o potencial impacto que as memórias sobre as práticas educativas parentais na infância podem ter nas interações e na disponibilidade emocional diádica que os pais adotivos terão com os seus filhos adotados;
- (2) Conhecer e compreender o potencial impacto que a vinculação que os pais percebem ter nas suas relações atuais de intimidade pode ter na forma com que estes irão interagir com os seus filhos adotivos e a disponibilidade emocional que podem exibir;
- (3) Conhecer e utilizar eficazmente instrumentos e procedimentos de avaliação acerca das memórias de práticas educativas parentais na infância, sobre a vinculação dos adultos e a disponibilidade emocional diádica nos candidatos à adoção;

- (4) Interpretar e articular os diversos resultados de avaliação destes aspetos relacionais com a implementação de intervenção com os candidatos à adoção;
- (5) Sensibilizar os candidatos à adoção para a importância de refletirem acerca das suas memórias relacionais na infância e na adolescência, bem como dos seus padrões vinculativos para compreenderem de que forma estes aspetos podem impactar a interação e a relação emocional com os seus filhos adotivos;
- (6) Promoverem nos candidatos à adoção e, numa fase subsequente, nos pais adotivos, práticas e estratégias otimizadas, que incrementem a sincronia entre a díade;
- (7) Potenciar a disponibilidade emocional diádica, sobretudo ao nível da sensibilidade, estruturação e não-hostilidade, fomentando interações que visem o crescimento e sofisticação dos níveis de compreensão da criança, a autonomia e exploração, assente no apoio e suporte bem como na definição de regras e estratégias adequadas.
- (8) Promover nos pais adotivos a intencionalização da sua disponibilidade emocional diádica fazendo-os compreender o potencial impacto que, a curto, médio e longo prazo, diferentes comportamentos interativos de disponibilidade emocional podem ter na relação parento-filial e nos filhos adotivos;
- (9) Estimular nos pais adotivos a compreensão da relevância da saúde mental e bem-estar psicológico parental para a relação e a interação parento-filial;
- (10) Promover competências parentais de monitorização e de promoção da sua saúde mental e bem-estar psicológico, bem com dos filhos adotivos;
- (11) Criar projetos alargados que visassem estes objetivos bem como uma análise minuciosa dos aspetos que melhor contribuíssem para a sua eficácia. Esta última ação também poderia constituir uma interessante fonte de informação para a continuada atualização da literatura e de potenciais investigações futuras, reduzindo o hiato existente entre a investigação e a sua aplicação prática.

Espera-se que os resultados apurados e as reflexões realizadas na presente investigação possam contribuir para a teoria e as práticas científicas relevantes no âmbito da psicologia e na área da intervenção em contexto das famílias por adoção.

8. Referências Bibliográficas

- Abidin, R. R. (1990). Introduction to the special issue: The stresses of parenting. *Journal of Clinical Child Psychology*, 19(4), 298–301. https://doi.org/10.1207/s15374424jccp1904_1
- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. N. (1985). Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation. *Patterns of Attachment: A Psychological Study of the Strange Situation*, 1–417. <https://doi.org/10.4324/9780203758045>
- Alessio, M., Pace, C. S., & Zavattini, G. C. (2012). Continuity and discontinuity of attachment patterns: A short-term longitudinal pilot study using a sample of late-adopted children and their adoptive mothers. *Attachment & Human Development*, 14(1), 45–61. <https://doi.org/10.1080/14616734.2012.636658>
- Allsop, S., Burns, L., Clare, P., Elliot, E., Hutchinson, D., Jacobs, S., Mattick, R., Olsson, C., Rossen, L., & Wilson, J. (2019). Mother–Infant Bonding and Emotional Availability at 12-Months of Age: The Role of Early Postnatal Bonding, Maternal Substance Use and Mental Health. *Maternal and Child Health Journal*, 23, 1686–1698. <https://doi.org/10.1007/s10995-019-02809-1>
- Almeida, A. (2017). *O processo adotivo: características psicossociais, disponibilidade emocional parental e desenvolvimento das crianças* [PhD]. Universidade do Algarve.
- Almeida, A., Giger, J., Mendonça, S., Fuertes, M., & Nunes, C. (2022). Emotional availability in mother-child and father-child interactions as predictors of child's attachment representations in adoptive families. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(8). <https://doi.org/10.3390/IJERPH19084720>
- Almeida, A., Nunes, C., Fuertes, M., Giger, J., Mendonça, S., & Silva, L. (2020). A adoção e o processo adotivo em Portugal. *Revista Multidisciplinar*, 2(2), 5–20. <https://doi.org/10.23882/MJ2038>
- Altenhofen, S., Clyman, R., Little, C., Baker, M., & Biringen, Z. (2013). Attachment security in three-year-olds who entered substitute care in infancy. *Infant Mental Health Journal*, 34(5), 435–445. <https://doi.org/10.1002/imhj.21401>
- Aluja, A., del Barrio, V., & García, L. F. (2005). Relationships between adolescents' memory of parental rearing styles, social values and socialization behavior traits.

- Personality and Individual Differences*, 39(5), 903–912.
<https://doi.org/10.1016/j.paid.2005.02.028>
- Alvarenga, P., & Piccinini, C. (2001). Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(3), 449–460.
- Andrews, K., Atkinson, L., England-Mason, G., Gonzalez, A., Harris, M., MacMillan, H., & Kimber, M. (2021). Maternal adverse childhood experiences, executive function & emotional availability in mother-child dyads. *Child Abuse and Neglect*, 111. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104830>
- Antunes, S., & Ribeiro, J. (2003). Contribuição para o estudo de adaptação do Questionário de Saúde Geral de 28 itens (General Health Questionnaire - GHQ28). *Revista Portuguesa Psicossomática*, 5(1), 37–45.
- Aran, P., Galbally, M., Lewis, A., & Watson, S. (2021). Major depression and generalized anxiety disorder: An analysis of the effects of remission status and comorbidity on mother-infant emotional availability in the perinatal period. *Journal of Clinical Psychology*. <https://doi.org/10.1002/jclp.23235>
- Aran, P., Galbally, M., Lewis, W., Nguyen, T., & Watson, S. (2021). Emotional availability in women with bipolar disorder and major depression: A longitudinal pregnancy cohort study. *Australian & New Zealand Journal of Psychiatry*, 55(11), 1079–1088. <https://doi.org/10.1177/0004867421998796>
- Arslan, İ. B., Lucassen, N., Keijsers, L., & Stevens, G. W. J. M. (2023). When too much help is of no help: Mothers' and fathers perceived overprotective behavior and (mal)adaptive functioning in adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, 52(5), 1010–1023. <https://doi.org/10.1007/S10964-022-01723-0>
- Asselmann, E., Knappe, S., Wittchen, H. U., Lieb, R., & Beesdo-Baum, K. (2014). Stability of recalled parental rearing behavior in a community sample of adolescents and young adults. *Journal of Research on Adolescence*, 25(4), 614–621. <https://doi.org/10.1111/jora.12158>
- Attar, C., Bermpohl, F., Bierbaum, A., Boedeker, K., Brunner, R., Dittrich, K., Fuehrer, D., Heim, C., Heinz, A., Herpetz, S., Jaite, C., Kluczniok, D., Paetz, L., Roepke, S., & Winter, S. (2018). Emotional availability in mothers with borderline personality disorder and mothers with remitted major depression is differently associated with psychopathology among school-aged children. *Journal of Affective Disorders*. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2018.02.001>

- Attar, C., Bempohl, F., Boedeker, K., Brunner, R., Dittrich, K., Fuchs, A., Fuehrer, D., Fydrich, T., Heinz, A., Herpertz, S., Kluczniok, D., Reck, C., & Winter, S. (2015). Emotional availability in mother-child interaction: The effects of maternal depression in remission and history of childhood abuse. *Depression and Anxiety*, 1–10. <https://doi.org/10.1002/da.22462>
- Aviezer, O., Gini, M., Sagi, A., Koren-Karie, N., & Ziv, Y. (2000). Emotional Availability in the mother-infant dyad as related to quality of infant-mother attachment relationship. *Attachment & Human Development*, 2. <http://www.tandf.co.uk/journals>
- Aviezer, O., Sagi, A., Joels, T., & Ziv, Y. (1999). Emotional availability and attachment representations in kibbutz infants and their mothers. *Developmental Psychology*, 35(3), 811–821.
- Aviezer, O., Sagi-Schwartz, A., & Koren-Karie, N. (2003). Ecological constraints on the formation of infant-mother attachment relations: When maternal sensitivity becomes ineffective. *Infant Behavior and Development*, 26(3), 285–299. [https://doi.org/10.1016/S0163-6383\(03\)00032-8](https://doi.org/10.1016/S0163-6383(03)00032-8)
- Azhari, A., Wong, A. W. T., Lim, M., Balagtas, J. P. M., Gabrieli, G., Setoh, P., & Esposito, G. (2020). Parents past bonding experience with their parents interacts with current parenting stress to influence the quality of interaction with their child. *Behavioral Sciences*, 10(7). <https://doi.org/10.3390/BS10070114>
- Baker, M., Biringen, Z., Meyer-Parsons, B., & Schneider, A. (2015). Emotional attachment and emotional availability tele-intervention for adoptive families. *Infant Mental Health Journal*, 36(2), 179–192. <https://doi.org/10.1002/imhj.21498>
- Bakermans-Kranenburg, M. J., Lotz, A., Alyousefi-van Dijk, K., & van IJzendoorn, M. (2019). Birth of a Father: Fathering in the first 1,000 days. *Child Development Perspectives*, 13(4), 247–253. <https://doi.org/10.1111/cdep.12347>
- Barone, L., Barone, V., Dellagiulia, A., & Lionetti, F. (2018). Testing an Attachment-Based parenting intervention-VIPP-FC/A in adoptive families with post-institutionalized children: Do maternal sensitivity and genetic markers count? *Frontiers in Psychology*, 9. <https://doi.org/10.3389/FPSYG.2018.00156/FULL>
- Barone, L., & Lionetti, F. (2011). Attachment and emotional understanding: A study on late-adopted pre-schoolers and their parents. *Child: care, health and development*, 38(5), 690–696. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2011.01296.x>

- Barroso, R., & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologica*, 1(52). https://impactum-journals.uc.pt/psychologica/article/view/1647-8606_52-1_10/445
- Barudy, J., & Dantagnan, M. (2005). *Los buenos tratos a la infancia*. Gedisa Editorial.
- Becker, A. P. S., & Crepaldi, M. A. (2022). Intergeracionalidade do apego infantil e reflexos na conjugalidade e parentalidade. *Contextos Clínicos*, 15(3). <https://doi.org/10.4013/ctc.2022.153.04>
- Belsky, J. (2002). Developmental origins of attachment styles. *Attachment and Human Development*, 4(2), 166–170. <https://doi.org/10.1080/14616730210157510>
- Belsky, J. (2006). *The developmental and evolutionary psychology of intergenerational transmission of attachment*.
- Belsky, J., Hancox, R. J., Sligo, J., & Poulton, R. (2012). Does being an older parent attenuate the intergenerational transmission of parenting? *Developmental Psychology*, 48(6), 1570–1574. <https://doi.org/10.1037/a0027599>
- Bergmann, S., Wendt, V., Von Klitzing, K., & Klein, A. M. (2012). Emotional availability of father-child dyads versus mother-child dyads in children aged 0-3 years. *Family Science*, 3(3–4), 145–154. <https://doi.org/10.1080/19424620.2012.779422>
- Biringen, Z. (2000). Emotional availability: Conceptualization and research findings. *American Journal of Orthopsychiatry*, 70(1), 104–114. <https://doi.org/10.1037/h0087711>
- Biringen, Z., Closson, L., Derscheid, D., Easterbrooks, M. A., & Vliegen, N. (2014). Emotional availability (EA): Theoretical background, empirical research using the EA scales, and clinical applications. *Development Review*, 34, 114–167. <https://doi.org/10.1016/j.dr.2014.01.002>
- Biringen, Z., Damon, J., Grigg, W., Mone, J., Pipp-Siegel, S., Skillern, S., & Stratton, J. (2005). Emotional availability: Differential predictions to infant attachment and kindergarten adjustment based on observation time and context. *Infant Mental Health Journal*, 26(4), 295–308. <https://doi.org/10.1002/imhj.20054>
- Biringen, Z., & Easterbrooks, M. (2000). Guest editors' introduction to the special issue: mapping the terrain of emotional availability and attachment. *Attachment & Human Development*, 2(2), 123–129. <https://doi.org/10.1080/14616730050085518>
- Biringen, Z., & Easterbrooks, M. (2005). The Emotional Availability scales: Methodological refinements of the construct and clinical implications related to

- gender and at-risk interactions. Em *Infant Mental Health Journal* (Vol. 26, Número 4, pp. 291–294). <https://doi.org/10.1002/imhj.20053>
- Biringen, Z., & Easterbrooks, M. A. (2012). Emotional availability: Concept, research, and window on development psychopathology. *Development and Psychopathology*, 24, 1–8. <https://doi.org/10.1017/S0954579411000617>
- Biringen, Z., Emde, R. N., Brown, D., Lowe, L., Myers, S., Nelson, D., Butterfield, P., McNulty, D., Jones, D., & Henderson, C. (1999). Emotional availability and emotion communication in naturalistic mother-infant interactions: Evidence for gender relations. *Journal of Social Behavior and Personality*, 14(4), 463–478.
- Biringen, Z., Luyten, P., & Vliegen, N. (2009). A multimethod perspective on emotional availability in the postpartum period. *Parenting: Science and Practice*, 9(3–4), 228–243. <https://doi.org/10.1080/15295190902844514>
- Biringen, Z., & Robinson, J. (1991). Emotional availability in mother-child interactions: A reconceptualization for research. *American Journal of Orthopsychiatry*, 61(2), 258–271. <https://doi.org/10.1037/h0079238>
- Biringen, Z., Robinson, J. L., & Emde, R. N. (2000). Appendix B: The emotional availability scales (3rd ed.; an abridged infancy/early childhood version). *Attachment & Human Development*, 2(2), 256–270. <https://doi.org/10.1080/14616730050085626>
- Bornstein, M. H., Putnick, D. L., Heslington, M., Gini, M., Suwalsky, J. T. D., Venuti, P., De Falco, S., Giusti, Z., & Zingman De Galperin, C. (2008). Mother-child emotional availability in ecological perspective: Three countries, two regions, two genders. *Development Psychology*, 44(3), 666–680. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.44.3.666>
- Bornstein, M. H., Suwalsky, J. T. D., & Breakstone, D. A. (2012). Emotional relationships between mothers and infants: Knowns, unknowns, and unknown unknowns. *Development and Psychopathology*, 24(1), 113–123. <https://doi.org/10.1017/S0954579411000708>
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Vol. II*. Basic Books.
- Bretherton, I. (2009). The origins of Attachment Theory John Bowlby and Mary Ainsworth. Em S. Goldberg, R. Muir, & J. Kerr (Eds.), *Attachment Theory: Social, Developmental, and Clinical Perspectives*. The Analytic Press, Inc. <https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=x-Oki9MxalQC&oi=fnd&pg=PA45&dq=attachment+patterns+ainsworth&ots=raCU>

RKc4wT&sig=JV54Z8MXEVDlrHsgPqebViebtOQ&redir_esc=y#v=onepage&q=attachment%20patterns%20ainsworth&f=false

- Brinich, P. M. (1995). Psychoanalytic perspectives on adoption and ambivalence. *PSYCHOANALYTIC PSYCHOLOGY*, 72(2), 181–199.
- Brodzinsky, D. (2011). Children's understanding of adoption: Developmental and clinical implications. *Professional Psychology: Research and Practice*, 42(2), 200–207. <https://doi.org/10.1037/a0022415>
- Brodzinsky, D. M. (1993). Long-term outcomes in adoption. *The Future of Children*, 3(1), 153–166. <http://www.jstor.orgURL:http://www.jstor.org/stable/1602410>
- Brodzinsky, D., & Palacios, J. (2010). Adoption research: Trends, topics, outcomes. *International Journal of Behavioral Development*, 34(3), 270–284. <https://doi.org/10.1177/0165025410362837>
- Bronfenbrenner, U., & Ceci, S. J. (1994). Nature-Nurture reconceptualized in developmental perspective: A bioecological model. *Psychological Review*, 101(4), 568–586.
- Cabrera, N. J., Day, R., & Lamb, M. E. (2014). Should researchers conceptualize differently the dimensions of parenting for fathers and mothers? *Journal of Family Theory & Review*, 6, 390–405. <https://doi.org/10.1111/jftr.12044>
- Cabrera, N. J., Tamis-LeMonda, C. S., Bradley, R. H., Hofferth, S., & Lamb, M. E. (2000). Fatherhood in the twenty-first century. *Child Development*, 71(1), 127–136.
- Cabrera, N. J., Volling, B., & Barr, R. (2018). Fathers are parents, too! Widening the lens on parenting for children's development. *Child Development Perspectives*, 12(3), 152–157. <https://doi.org/10.1111/cdep.12275>
- Calvo, V., Palmieri, A., Codamo, A., Scampoli, M. R., & Bianco, F. (2015). Perceptions of parental bonding, adult attachment, and marital adjustment in prospective adoptive parents. An empirical study in the pre-adoptive period. *Sexual and Relationship Therapy*, 30(4), 419–432. <https://doi.org/10.1080/14681994.2014.1001355>
- Canavarro, M. (1996). A avaliação das práticas educativas através do EMBU: Estudos psicométricos. *Psychologica*, 16, 5–18.
- Canavarro, M., Dias, P., & Lima, V. (2006). *A avaliação da vinculação do adulto: Uma revisão crítica a propósito da aplicação da Adult Attachment Scale-R (ASS-R) na população portuguesa.*

- Capaldi, D. M., Pears, K. C., Patterson, G. R., & Owen, L. D. (2003). Continuity of parenting practices across generations in an at-risk sample: A prospective comparison of direct and mediated associations. *Journal of Abnormal Child Psychology*, *31*(2), 127–142.
- Cardoso, J., & Veríssimo, M. (2013a). *Estilos parentais e relações de vinculação*. *4*, 393–406. <https://doi.org/10.14417/S0870-8231201300040003>
- Cardoso, J., & Veríssimo, M. (2013b). Estilos parentais e relações de vinculação. *Análise Psicológica*, *31*(4), 393–406. <https://doi.org/10.14417/ap.807>
- Carlo, G., McGinley, M., Hayes, R., Batenhorst, C., & Wilkinson, J. (2007). Parenting styles or practices? Parenting, sympathy, and prosocial behaviors among adolescents. *Journal of Genetic Psychology*, *168*(2), 147–176. <https://doi.org/10.3200/GNTP.168.2.147-176>
- Cassibba, R., Van Ijzendoorn, M. H., Coppola, G., & Cassibba, R. (2011). Emotional availability and attachment across generations: variations in patterns associated with infant health risk status. *Child: care, health and development*. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2011.01274.x>
- Castro, J., De Pablo, J., Gomez, J., Arrindell, W. A., & Toro, J. (1997). Assessing rearing behaviour from the perspective of the parents: A new form of the EMBU. *Social Psychiatry Psychiatry Epidemiology*, *32*, 230–235.
- Cecconello, A. M., De Antoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, *8*, 45–54.
- Cohn, D. A., Cowan, P. A., Cowan, C. P., & Pearson, J. (1992). Mothers' and fathers' working models of childhood attachment relationships, parenting styles, and child behavior. *Development and Psychopathology*, *4*(3), 417–431. <https://doi.org/10.1017/S0954579400000870>
- Cole, P., Kim, B., & Teti, D. (2012). Mother's affect dysregulation, depressive symptoms, and emotional availability during mother-infant interaction. *Infant Mental Health Journal*, *33*(3), 1–8. <https://doi.org/10.1002/imhj.21326>
- Collins, N. L., & Feeney, B. C. (2013). Attachment and caregiving in adult close relationships: Normative processes and individual differences. *Attachment and Human Development*, *15*(3), 241–245. <https://doi.org/10.1080/14616734.2013.782652>
- Coltrane, S. (2001a). Fatherhood. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, 5418–5422. <https://doi.org/10.1016/B0-08-043076-7/03941-3>

- Coltrane, S. (2001b). Fatherhood. *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*.
- Coltro, B., Paraventi, L., & Vieira, M. (2020). Relações entre Parentalidade e Apoio Social: Revisão integrativa da literatura. *Contextos Clínicos*, 13(1). <https://doi.org/10.4013/ctc.2020.131.12>
- Conger, R. D., Neppel, T., Kim, K. J., & Scaramella, L. (2003). Angry and aggressive behavior across three generations: A prospective, longitudinal study of parents and children. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 31(2), 143–160.
- Correia, J., & Carmo, C. (2008). Práticas educativas, vinculação e psicopatologia no adulto. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1(1), 101–112.
- Covell, K., Grusec, J., & King, G. (1995). The intergenerational transmission of maternal discipline and standards for behavior. *Social Development*, 4(1).
- Cruz O, & Ducharme, M. (2006). *Intervenção na parentalidade - O caso específico da formação de pais*. 13, 1138–1663.
- Cruz, V. A. (2008). Motivaciones para la adopción. *P y M*. <https://revistas.comillas.edu/index.php/padresymaestros/article/view/2966/2749>
- Curran, T. (2016). Emotional availability and social skills: A link between mother-child depressive symptoms. *Interpersona*, 10(2), 149–160. <https://doi.org/10.5964/ijpr.v10i2.211>
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: A integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487–496.
- di Folco, S., D’Onofrio, E., Pace, C. S., Piermattei, C., & Tambelli, R. (2017). Late Adoptions: Attachment Security and Emotional Availability in Mother-Child and Father-Child Dyads. *J Child Fam Stud*, 26, 2114–2125. <https://doi.org/10.1007/s10826-017-0732-6>
- Di Folco, S., Pace, C. S., Santona, A., & Zavattini, G. C. (2015). Attachment states of mind and couple relationships in couples seeking to adopt. *Journal of Child and Family Studies*, 24(11), 3318–3330. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0134-6>
- Diehl, M., Elnick, A. B., Bourbeau, L. S., & Labouvie-Vief, G. (1998). Adult attachment styles: Their relations to family context and personality. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(6), 1656–1669.
- Easterbrooks, M. A., Biesecker, G., & Lyons-Ruth, K. (2000). Infancy predictors of emotional availability in middle childhood: the roles of attachment security and

- maternal depressive symptomatology. *Attachment & Human Development*, 2(2), 170–187. <http://www.tandf.co.uk/journals>
- Easterbrooks, M. A., Bureau, J. F., & Lyons-Ruth, K. (2012). Developmental correlates and predictors of emotional availability in mother-child interaction: A longitudinal study from infancy to middle childhood. *Development and Psychopathology*, 24(1), 65–78. <https://doi.org/10.1017/S0954579411000666>
- Erazo, J., Bravo, Y., & Delgado-Noguera, M. (2006). Creencias, actitudes y prácticas sobre crianza en madres cabeza de familia en Popayan: Un estudio cualitativo. *Pediatría*, 41(3).
- Esser, G., Laucht, M., & Schmidt, M. H. (1994). Parental mental disorder and early child development. *European Child and Adolescent Psychiatry*, 3(3), 125–137.
- Eyüboğlu, D., & Eyüboğlu, M. (2020). Prenatal attachment, anxiety and depression in pregnant adolescents and the emotional availability of their parents. *Anatolian Journal of Psychiatry*, 21(2), 124–132. <https://doi.org/10.5455/apd.56516>
- Fernandes, C., Monteiro, L., Santos, A. J., Fernandes, M., Antunes, M., Vaughn, B. E., & Veríssimo, M. (2019). Early father-child and mother-child attachment relationships: contributions to preschoolers' social competence. *Attachment & Human Development*. <https://doi.org/10.1080/14616734.2019.1692045>
- Fonte, C., Ferreira, C., & Alves S. (2016). Estudo da saúde mental positiva em jovens adultos: relações entre psicopatologia e bem-estar. *Psique*, 13, 57–74.
- Fraser, J. G., Harris-Britt, A., Kutz-Costes, B., Martin, S., & Thakkallapalli, E. L. (2010). Emotional availability and psychosocial correlates among mothers in substance-abuse treatment and their young infants. *Infant Mental Health Journal*, 31(1), 1–15. <https://doi.org/10.1002/imhj.20239>
- Freitas, A., Lopes, R., Marin, A., Martins, G., Piccinini, C., & Silva, I. (2013). Transmissão intergeracional de práticas educativas parentais: Evidências empíricas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(2), 123–132.
- Frigerio, A., Nazzari, S., Porreca, A., & Simonelli, A. (2019). Emotional availability in samples of mothers at high risk for depression and with substance use disorder. *Frontiers in Psychology*, 10. <https://doi.org/10.3389/FPSYG.2019.00577/FULL>
- Galderisi, S., Heinz, A., Kastrup, M., Beezhold, J., & Sartorius, N. (2015). Toward a new definition of mental health. *World Psychiatry*, 14(2), 231. <https://doi.org/10.1002/WPS.20231>

- Garvin, M., Tarullo, A., Van Ryzin, M., & Gunnar, M. (2012). Postadoption parenting and socioemotional development in postinstitutionalized children. *Development and Psychopathology*, *24*(1), 35–48. <https://doi.org/10.1017/S0954579411000642>
- Goldberg, D. P., & Hillier, V. F. (1979). A scaled version of the General Health Questionnaire. *Psychological Medicine*, *9*(1), 139–145. <https://doi.org/10.1017/S0033291700021644>
- Gregoire, A., & Manning, C. (2009). Effects of parental mental illness on children. *Psychiatry*, *8*(1), 7–9. <https://doi.org/10.1016/j.mppsy.2008.10.012>
- Grossmann, K., Grossmann, K., Fremmer-Bombik, E., Kindler, H., Scheuerer-Englisch, H., & Zimmermann, P. (2002). The uniqueness of the child-father attachment relationship: Father's sensitive and challenging play as a pivotal variance in a 16-year longitudinal study. *Social Development*, *11*, 307–331.
- Grotevant, H. D., & Lo, A. Y. (2017). Adoptive parenting. *Current Opinion in Psychology*, *15*, 71–75. <https://doi.org/10.1016/j.copsy.2017.02.020>
- Hayes, A. F. (2018). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach* (Guildford Press, Ed.; 2nd ed.).
- Hazan, C., & Shaver, P. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, *52*(3), 511–524.
- Helbig, S., Jacobi, F., Klose, M., & Lampert, T. (2006). Is parenthood associated with mental health? Findings from an epidemiological community survey. *Society Psychiatry Psychiatric Epidemiology*, *41*, 889–896. <https://doi.org/10.1007/s00127-006-0113-8>
- Hennig, F. (2008). *Relação entre práticas educativas parentais e memórias de cuidados na infância*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Hoffman, M. L. (1975). Moral internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. *Developmental Psychology*, *11*(2), 228–239.
- Hoffman, M. L. (1979). Development of moral thought, feeling, and behavior. *American Psychologist*, *34*(10), 958–966.
- Horowitz, J. A. (1994). A conceptualization of parenting: Examining the single parent family. *Marriage and Family Review*, *20*(1–2), 43–70. https://doi.org/10.1300/J002v20n01_03
- Karantzas, G. C., Evans, L., & Foddy, M. (2010). The role of attachment in current and future parent caregiving. *Journals of Gerontology - Series B Psychological Sciences and Social Sciences*, *65 B*(5), 573–580. <https://doi.org/10.1093/geronb/gbq047>

- Kerr, D. C. R., Capaldi, D. M., Pears, K. C., & Owen, L. D. (2009). A prospective three generational study of fathers' constructive parenting: Influences from family of origin, adolescent adjustment, and offspring temperament. *Developmental Psychology*, 5(45), 1257–1275. <https://doi.org/10.1037/a0015863>
- Keyes, C. (2014). *Mental health as a complete state: How the salutogenic perspective completes the picture* [Emory University]. https://www.researchgate.net/publication/287014585_Mental_Health_as_a_Complete_State_How_the_Salutogenic_Perspective_Completes_the_Picture#fullTextFileContent
- Ktistaki, M., Papadaki-Michailidi, E., & Karademas, E. (2014). The relationship between attachment patterns and parenting style. *ATTACHMENT: New directions in Psychotherapy and Relational Psychoanalysis*, 8, 172–191.
- Kuppens, S., & Ceulemans, E. (2019). Parenting styles: A closer look at a well-known concept. *Journal of Child and Family Studies*, 28, 168–181. <https://doi.org/10.1007/s10826-018-1242-x>
- Lamb, M. E., Pleck, J. H., Charnov, E. L., & Levine, J. A. (1985). Paternal behavior in humans. *Integrative and Comparative Biology*, 25(3), 883–894. <https://doi.org/10.1093/icb/25.3.883>
- Lawler, M. J. (2008). Maltreated children's emotional availability with kin and non-kin foster mothers: A sociobiological perspective. *Children and Youth Services Review*, 30(10), 1131–1143. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2008.02.007>
- Lefrançois, B. A. (2012). Distressed fathers and their children: A review of the literature. *International Journal of Social Psychiatry*, 58(2), 123–130. <https://doi.org/10.1177/0020764010387478>
- Levinzon, G. (2005). *Adoção* (I. Bernd & M. Chinalli, Eds.; 2nd ed.). Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltda. https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=HHAINa44BjgC&oi=fnd&pg=PA9&dq=levinzon+gina&ots=6w8uSCRIn5&sig=ZGAu56mTYVghzVsU-2-VbNYoZZg&redir_esc=y#v=onepage&q=levinzon%20gina&f=false
- Licata, M., Sodian, B., Trauble, B., Reck, C., & Zietlow, A. (2016). Maternal emotional availability and its association with maternal psychopathology, attachment style insecurity and theory of mind. *Psychopathology*. <https://doi.org/10.1159/000447781>
- Lickenbrock, D. M., & Braungart-Rieker, J. M. (2015). Examining antecedents of infant attachment security with mothers and fathers: An ecological systems perspective.

- Infant Behavior and Development*, 39, 62–73.
<https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2015.03.003>
- Limiñana-Rosser, A. (2015). Characteristics and challenges of adoptive families in their transition to parenthood. *Sapiens Research*, 5(2), 13–20.
<http://www.sapiensresearch.org/http://issuu.com/sapiens-research13/20>
- Liu, R. (2023). The role of gender in parenting styles and their effects on child development. *Lecture Notes in Education Psychology and Public Media*, 18(1), 114–119. <https://doi.org/10.54254/2753-7048/18/20231302>
- Lomanowska, A. M., Boivin, M., Hertzman, C., & Fleming, A. S. (2015). Parenting begets parenting: A neurobiological perspective on early adversity and the transmission of parenting styles across generations. *Neuroscience*, 342, 120–139.
<https://doi.org/10.1016/j.neuroscience.2015.09.029>
- Lovas, G. S. (2005). Gender and patterns of emotional availability in mother-toddler and father-toddler dyads. *Infant Mental Health Journal*, 26(4), 327–353.
<https://doi.org/10.1002/imhj.20056>
- Lucassen, N., Tharner, A., Van IJzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., Volling, B. L., Verhulst, F. C., Lambregtse-Van den Berg, M. P., & Tiemeier, H. (2011). The association between paternal sensitivity and infant-father attachment security: A meta-analysis of three decades of research. *Journal of Family Psychology*, 25(6), 986–992. <https://doi.org/10.1037/a0025855>
- Lundberg, M., Perris, C., Schlette, P., & Adolfsson, R. (2000). Intergenerational transmission of perceived parenting. *Personality and Individual Differences*, 28, 865–877. www.elsevier.com/locate/paid
- Maccoby, E. (2000). Parenting and its effects on children: On reading and misreading behavior genetics. *Annual Rev. Psychol*, 51, 1–27. www.annualreviews.org
- Madden, V., Domoney, J., Aumayer, K., Sethna, V., Iles, J., Hubbard, I., Giannakakis, A., Psychogiou, L., & Ramchandani, P. (2015). Intergenerational transmission of parenting: Findings from a UK longitudinal study. *European Journal of Public Health*, 25(6), 1030–1035. <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckv093>
- Madsen, S. A., Lind, D., & Munck, H. (2007). Men's abilities to reflect their infants' states of mind. *Nordic Psychology*, 59(2), 149–163. <https://doi.org/10.1027/1901-2276.59.2.149>
- Main, M., & Solomon, J. (1990). Procedures for identifying infant disorganized/disoriented during the Ainsworth Strange Situation. Em M. Greenberg,

- D. Cicchetti, & M. E. Cummings (Eds.), *Attachment in the Preschool Years: Theory, Research, and Intervention*. The University of Chicago Press.
https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=WzHIfiCXE8EC&oi=fnd&pg=PA121&dq=strange+situation&ots=WVugzFCtVq&sig=bJFYlkSDtPfkMzzWdqB3xEB9Img&redir_esc=y#v=onepage&q=strange%20situation&f=false
- Marin, A., Piccinini, C., & Tudge, J. (2011). Práticas educativas maternas e paternas aos 24 e aos 72 meses de vida da criança. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 419–427.
- Martins, A. M., & Lavado, S. (2015). *Percepção parental sobre os estilos educativos parentais e os padrões de vinculação da criança: Um estudo com mães e pais adotivos e biológicos*.
- Mayseless, O., Sharabany, R., & Sagi, A. (1997). Attachment concerns of mothers as manifested in parental, spousal and friendship relationships. *Personal Relationships*, 4, 255–269.
- McFarland-Piazza, L., Hazen, N., Jacobvitz, D., & Boyd-Soisson, E. (2012). The development of father-child attachment: Associations between adult attachment representations, recollections of childhood experiences and caregiving. *Early Child Development and Care*, 182(6), 701–721.
<https://doi.org/10.1080/03004430.2011.573071>
- McGinn, M. F. (2000). Attachment and separation: Obstacles for adoptees. *Journal of Social Distress and the Homeless*, 9(4).
- McMahon, C., Trapolini, T., & Ungerer, J. A. (2008). Maternal depression: relations with maternal caregiving representations and emotional availability during the preschool years. *Attachment & Human Development*, 10(1), 73–90.
<https://doi.org/10.1080/14616730801900712>
- Moro, M. R. (2005). Os ingredientes da parentalidade. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund*, 8(2), 258–273.
- Nelson, S. K., Kushlev, K., & Lyubomirsky, S. (2014). The pains and pleasures of parenting: When, why, and how is parenthood associated with more or less well-being? *Psychological Bulletin*, 140(3), 846–895. <https://doi.org/10.1037/a0035444>
- Nelson-Coffey, S. K., Killingsworth, M., Layous, K., Cole, S. W., & Lyubomirsky, S. (2019). Parenthood is associated with greater well-being for fathers than mothers.

- Personality and Social Psychology Bulletin*, 45(9), 1378–1390.
<https://doi.org/10.1177/0146167219829174>
- Neppl, T. K., Conger, R. D., Scaramella, L. V., & Ontai, L. L. (2009). Intergenerational continuity in parenting behavior: Mediating pathways and child effects. *Developmental Psychology*, 45(5), 1241–1256. <https://doi.org/10.1037/a0014850>
- Nomaguchi, K. M., & Milkie, M. A. (2003). Costs and rewards of children: The effects of becoming a parent on adults' lives. *Journal of Marriage and Family*, 65(2), 356–374. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2003.00356.x>
- OMS. (2005). *Promoting Mental Health*.
- OPP. (2021). Ser mãe, ser pai. *Portugueses, Ordem dos Psicólogos*.
- Pace, C. S., & Zavattini, G. C. (2011). «Adoption and attachment theory» the attachment models of adoptive mothers and the revision of attachment patterns of their late-adopted children. *Child: Care, Health and Development*, 37(1), 82–88. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2010.01135.x>
- Palacios, J., Sanchez-Espinosa, E., & Sanchez-Sandoval, Y. (1995). Entrevista sobre el Proceso de Adopción. . *Departamento de Psicología Evolutiva y de la Educación. Universidad de Sevilla*.
- Parfitt, Y., Pike, A., & Ayers, S. (2013). The impact of parents' mental health on parent-baby interaction: A prospective study. *Infant Behavior and Development*, 36(4), 599–608. <https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2013.06.003>
- Paulus, M., & Kammermeier, M. (2022). Maternal emotional availability relates to two-year-olds' behavior in the challenging cooperative interaction. *Infant Behavior and Development*, 67.
- Perris, C., & Andersson, P. (2000). Experiences of parental rearing and patterns of attachment in adulthood. *Clinical Psychology and Psychotherapy Clin. Psychol. Psychother*, 7, 279–288.
- Perris, C., Jacobsson, L., Linndström, H., von Knorring, L., & Perris, H. (1980). Development of a new inventory for assessing memories of parental rearing behaviour. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 61(4), 265–274. <https://doi.org/10.1111/j.1600-0447.1980.tb00581.x>
- Piermattei, C., Pace, C. S., Tambelli, R., D'Onofrio, E., & Di Folco, S. (2017). Late adoptions: Attachment security and emotional availability in mother–child and father–child dyads. *Journal of Child and Family Studies*, 26(8), 2114–2125. <https://doi.org/10.1007/S10826-017-0732-6/TABLES/4>

- Pollmann-Schult, M. (2014). Parenthood and life satisfaction: Why don't children make people happy? *Journal of Marriage and Family*, 76(2), 319–336. <https://doi.org/10.1111/jomf.12095>
- Powdthavee, N., & Vignoles, A. (2008). Mental health of parents and life satisfaction of children: A within-family analysis of intergenerational transmission of well-being. *Social Indicators Research*, 397–422. <https://doi.org/10.1007/s11205-007-9223-2>
- Raby, K. L., & Dozier, M. (2019). Attachment across the lifespan: Insights from adoptive families. *Current Opinion in Psychology*, 25, 81–85. <https://doi.org/10.1016/j.copsy>
- Richter, J., & Eisemann, M. (2001). Stability of memories of parental rearing among psychiatric inpatients: A replication based on EMBU subscales. *Psychopathology*, 34, 318–325. www.karger.com/journals/psp
- Ricks, M. H. (1985). The social transmission of parental behavior: Attachment across generations. *Monographs of Society for Research in Child Development*, 50(1), 211–227.
- Robinson, J., & Little, C. (1994). Emotional availability in mother-twin dyads: Effects on the organization of relationships. *Psychiatry*, 57(1), 22–31. <https://doi.org/10.1080/00332747.1994.11024665>
- Rodrigues, A., Figueiredo, B., Pacheco, A., Costa, R., Cabeleira, C., & Magarinho, R. (2004a). Memória de cuidados na infância, estilo de vinculação e qualidade da relação com pessoas significativas: Estudo com grávidas adolescentes. *Análise Psicológica*, 22, 643–665.
- Rodrigues, A., Figueiredo, B., Pacheco, A., Costa, R., Cabeleira, C., & Magarinho, R. (2004b). Memória de cuidados na infância, estilo de vinculação e qualidade da relação com pessoas significativas: Estudos com grávidas adolescentes. *Análise Psicológica*, 22(4), 643–665.
- Román, M., & Palacios, J. (2011). Separación, pérdida y nuevas vinculaciones: El apego en la adopción. 8, 99–111.
- Román, M., Palacios, J., & Minnis, H. (2022). Changes in attachment disorder symptoms in children internationally adopted and in residential care. *Child Abuse & Neglect*, 130, 105308. <https://doi.org/10.1016/J.CHIABU.2021.105308>
- Rubilar, J., & Richaud, M. C. (2018). Childhood Parenting: Main approaches and aspects analyzed from psychology. *Research on Hispanic Psychology*, 241–276. <https://www.researchgate.net/publication/326834733>

- Ruiz, N. (2017). Tipologías de familias adoptivas y seguridad en las conductas de apego infantil. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, *1*, 327–336. <https://doi.org/10.17060/IJODAE.2017.N1.V3.1001>
- Salvaterra, M. (2007). *Vinculação e Adopção* [PhD]. Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Santona, A., & Zavattini, G. C. (2005). Partnering and parenting expectations in adoptive couples. *Sexual and Relationship Therapy*, *20*(3), 309–322. <https://doi.org/10.1080/14681990500142004>
- Saunders, H., Biringen, Z., Closson, L., & Prosser, J. (2017). Emotional availability and emotional availability zones (EA-Z): From assessment to intervention and universal prevention. *Perspectives in Infant Mental Health*, 12–16. <https://www.researchgate.net/publication/328725815>
- Saunders, H., Kraus, A., Barone, L., & Biringen, Z. (2015). Emotional availability: theory, research, and intervention. *Frontiers in Psychology*, *6*, 1–5. <https://doi.org/10.3389/FPSYG.2015.01069>
- Seeker, J. (1998). Current conceptualizations of mental health and mental health promotion. *Health Education Research*, *13*, 57–66. <https://academic.oup.com/her/article/13/1/57/607298>
- Shan, C. H., & Hawkins, R. (2014). Childcare and parenting practices in Singapore: A comparison of fathers' and mothers' involvement. *Journal of Tropical Psychology*, *4*. <https://doi.org/10.1017/jtp.2014.10>
- Shannon, J. D., Tamis-LeMonda, C., & Margolin, A. (2005). Father involvement in infancy: Influences of past and current relationships. *Infancy*, *8*(1), 21–41. https://doi.org/10.1207/s15327078in0801_2
- Shilo, Y., & Serdste, Y. (2022). The relationship between emotional availability of the mother and behavior problems in the child. *Hybrid Journal of Psychology*, *3*(1), 17–29. <https://www.royalliteglobal.com/psychology/article/view/812/424>
- Taraban, L., & Shaw, D. S. (2018). Parenting in context: Revisiting Belsky's classic process of parenting model in early childhood. *Developmental Review*, *48*, 55–81. <https://doi.org/10.1016/j.dr.2018.03.006>
- Tubal, L. (2022). Preditores da Disponibilidade Emocional nas Mães Adotivas.
- Van Den Dries, L., Juffer, F., Van Ijzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., & Alink, L. R. A. (2012). Infants' responsiveness, attachment, and indiscriminate friendliness after international adoption from institutions or foster care in China:

- Application of emotional availability scales to adoptive families. *Development and Psychopathology*, 24(1), 49–64. <https://doi.org/10.1017/S0954579411000654>
- van Ijzendoorn, M. H. (1992). Intergenerational transmission of parenting: A review of studies in nonclinical populations. *Developmental Review*, 12, 76–99.
- Veludo, C., & Viana, T. (2012). Parentalidade e o desenvolvimento psíquico na criança. *Paidéia*, 22(51), 111–118. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000100013>
- Volling, B. L., McElwain, N. L., Notaro, P. C., & Herrera, C. (2002). Parents' emotional availability and infant emotional competence: Predictors of parent-infant attachment and emerging self-regulation. *Journal of Family Psychology*, 16(4), 447–465. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.16.4.447>
- Weber, N., Bernadi, M., Salvador, A., & Selig, G. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações - Transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia*, 16(35), 407–414.
- Weckler, J. E. (1953). Adoption on Mokil. *American Anthropologist*, 55(4), 555–568. <https://doi.org/10.1525/aa.1953.55.4.02a00080>
- Westerhof, G. J., Corey, A. E., & Keyes, L. M. (2009). Mental illness and mental health: The two continua model across the lifespan. *Journal of Adult Development*. <https://doi.org/10.1007/s10804-009-9082-y>
- Yaffe, Y. (2023). Systematic review of the differences between mothers and fathers in parenting styles and practices. *Current Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s12144-020-01014-6>